



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO

APOIO TÉCNICO E LOGÍSTICO AO PLANEJAMENTO
E GOVERNANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS DAS OFICINAS REGIONAIS
RM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
P6

SÃO PAULO
Outubro 2022



Sumário

APRESENTAÇÃO	2
1. Balanço e memória da oficinas regionais	4
2. Memórias das oficinas regionais da Região Metropolitana São José do Rio Preto.....	4
SUB-REGIÕES DE NOVA GRANADA E TANABI.....	5
SUB-REGIÃO DE JOSÉ BONIFÁCIO	14
SUB-REGIÃO SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	21
EQUIPE TÉCNICA.....	37

APRESENTAÇÃO

Este Produto 6 – Sistematização dos resultados das oficinas regionais aborda a primeira fase da consulta pública sobre o processo de construção do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São José do Rio Preto (PDUI-RMSJRP).

O processo participativo, conforme estabelece o Estatuto da Metrópole, busca firmar o diálogo no contexto de elaboração do PDUI, visando à formação de consensos políticos sobre seus objetivos, diretrizes e propostas. Nesse sentido, no âmbito da construção do PDUI da Região Metropolitana de São José do Rio Preto, são instrumentos essenciais ao processo participativo, como espaço de discussão ou como ferramenta de interação e participação: a criação de uma plataforma digital e a promoção de oficinas regionais, reuniões de grupos de trabalho setoriais, audiências públicas e o acompanhamento das atividades pelo Ministério Público.

No início do processo, foi criado um canal de participação social em ambiente virtual, a plataforma digital, que facilita a interação entre os participantes bem como a disseminação de informações sobre o PDUI-RMSJRP. A ferramenta permite o acompanhamento das atividades, a consulta aos conteúdos e a participação de gestores públicos e dos cidadãos, por meio do envio de propostas e sugestões, durante as oficinas regionais e audiências públicas. A plataforma é gerenciada pela Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) com assessoria técnica da equipe da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

As oficinas regionais, realizadas nos dias 6 e 7 de outubro de 2022, constituem, de fato, a primeira etapa do diálogo com representantes do poder público municipal e da sociedade civil da RM em estudo, cujos resultados são apresentados neste produto. O objetivo das oficinas regionais foi mobilizar os cidadãos para que a equipe da Fipe, responsável pela produção dos documentos técnicos, pudesse apresentar um documento preliminar, chamado de panorama regional, sobre o território da Região Metropolitana de São José do Rio Preto. A troca de informações que ocorreu em torno do panorama vai permitir o aprimoramento do diagnóstico sobre a região, com a possibilidade de inclusão de novos conteúdos, de aprofundamento de análises e da complementação de informações.

O documento “Panorama Regional” foi elaborado a partir de dados secundários levantados pela equipe da Fipe, por meio de pesquisas em bases de dados georreferenciadas oficiais de alguns municípios e de órgãos setoriais do Estado. O estudo abrangeu as dinâmicas urbana e socioeconômica regionais, apontou as atuais tendências de crescimento, enfocando os efeitos sobre o emprego e a renda, além da análise de propostas, projetos e ações de interesse metropolitano contidos nos planos diretores municipais. Também foram analisados aspectos ambientais e sua relação com os marcos regulatórios e as dinâmicas territoriais, identificando conflitos socioambientais e entraves à promoção da coesão territorial e à garantia da sustentabilidade.

As oficinas regionais mostraram aos participantes o cumprimento, na prática, da exigência do Estatuto da Metrópole (Lei Federal nº 13.089/2015) de fazer o PDUI com a participação dos entes federativos e da sociedade civil. Para os representantes municipais, as oficinas deixaram claro que o PDUI é um referencial metropolitano para os planos diretores em fase de revisão ou de elaboração.

Os debates neste processo participativo tiveram como pano de fundo as seguintes áreas temáticas das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs): planejamento territorial e uso do solo; meio

ambiente, saneamento e recursos hídricos; desenvolvimento econômico e atendimento social; transporte e sistema viário regional.

Vale ressaltar que, para compor um quadro de participação efetivo e equilibrado, foi efetuado o levantamento e a coleta dos contatos de prefeitos, secretarias, diretorias, coordenadorias, conselhos e outros órgãos públicos, diretamente nos sites das 37 prefeituras municipais que compõem a unidade regional, além da busca, avaliação e coleta de entidades ou pessoas físicas da sociedade civil, para posterior elaboração de um mailing list, e envio de convites para as oficinas regionais.

As oficinas regionais foram organizadas em ambiente virtual, iniciando com uma fala institucional da Secretaria de Desenvolvimento Regional sobre o projeto, uma saudação por meio de vídeo do coordenador geral do projeto pela Fipe, seguido de uma apresentação dos aspectos gerais das análises realizadas por diferentes técnicos alocados na equipe Fipe. Num segundo momento, foram abertas as discussões para os participantes, que puderam dar suas contribuições e corrigir análises, assim com sugerir questões a serem consideradas no âmbito da formulação do PDUI. As temáticas tratadas foram: 1. Desenvolvimento urbano e meio ambiente e 2. Desenvolvimento socioeconômico, transporte e mobilidade.

Foram realizadas três oficinas regionais, organizadas para as quatro sub-regiões da unidade regional em estudo, conforme segue:

Região Metropolitana de São José do Rio Preto

Sub-região José Bonifácio. Municípios: Adolfo, Ibirá, Irapuã, José Bonifácio, Mendonça, Planalto, Potirendaba, Ubarana, Urupês, Sales e Zacarias.

Sub-região Nova Granada. Municípios: Icém, Nova Granada, Onda Verde, Orindiúva, Palestina e Paulo de Faria.

Sub-região Tanabi. Municípios: Macaubal, Monte Aprazível, Nipoã, Poloni, Tanabi e União Paulista.

Sub-região São José do Rio Preto. Municípios: Bady Bassitt, Bálsamo, CedraL, Guapiaçu, Ipiguá, Jaci, Mirassol, Mirassolândia, Neves Paulista, Nova Aliança, Uchoa, Olímpia, São José do Rio Preto e Severínia.

1. Balanço e memória da oficinas regionais

Antes de apresentar as memórias de cada uma das oficinas regionais, cabem dois esclarecimentos:

- ❑ A despeito do controle da pandemia provocada pela Covid-19, as oficinas regionais foram organizadas de forma virtual, permitindo ampla capilaridade e acesso dos diferentes públicos.
- ❑ Todos os documentos produzidos pela equipe da Fipe estão disponíveis na plataforma digital da unidade regional. Esta ferramenta é o canal de participação social que hospeda os documentos relativos ao registro de todas as atividades realizadas, e que receberá as propostas oriundas dos gestores públicos e da sociedade civil nos diferentes momentos do processo de construção do PDUI.

1.1. Balanço das oficinas regionais

UR	Data	Total de participantes (PMs + Soc. civil + Fipe/SDR)	Prefeituras e sociedade civil	FIPE/SDR
RM São José do Rio Preto				
Nova Granada	10/6/2022	28	11	17
Tanabi				
Total da OR		28	11	17
José Bonifácio	10/6/2022	24	8	16
Total da OR		24	8	16
São José do Rio Preto	10/7/2022	51	35	16
Total da OR		51	35	16
Total das oficinas		103	54	49

A seguir, são apresentadas as memórias das oficinas regionais.

2. Memórias das oficinas regionais da Região Metropolitana São José do Rio Preto

Sub-regiões de Nova Granada / Tanabi

06/10/2022 – 9h às 12h15

Municípios: Icém, Nova Granada, Onda Verde, Orindiúva, Palestina, Paulo de Faria, Ma-caubal, Monte Aprazível, Nipoã, Poloni, Tanabi e União Paulista.

Sub-região de José Bonifácio

06/10/2022 – 14 às 17h

Municípios: Adolfo, Ibirá, Irapuã, José Bonifácio, Mendonça, Planalto, Potirendaba, Ubarana, Urupês, Sales e Zacarias.

Sub-região de São José do Rio Preto

07/10/2022 – 9h às 13h

Municípios: Bady Bassitt, Bálsamo, CedraL, Guapiaçu, Ipiguá, Jaci, Mirassol, Mirassolândia, Neves Paulista, Nova Aliança, Uchoa, Olímpia, São José do Rio Preto e Severínia.

SUB-REGIÕES DE NOVA GRANADA E TANABI

06/10/2022 – 9h às 13h

Participantes:

Prefeitura de Nova Granada: prefeita Tânia Liana Toledo Yugar

Prefeitura de Nova Granada: chefe de gabinete – Mariana Laurencetti

Prefeitura de Nova Granada: diretor de Planejamento – Matheus de Oliveira Tremura

Prefeitura de Nova Granada: Diretoria de Planejamento – Everton Gonzaga

Prefeitura de Nova Granada: convênios – Gilson Gil

Prefeitura de Balsamo: vice-prefeita Mônica Beatriz Garcia

Prefeitura de Icém: diretor de Finanças – Mário Roberto Santos

Prefeitura de Icém: diretor de Meio Ambiente – Messias Paulo Ribeiro

Prefeitura de Nipoã: prefeito José Pedro Rampim

Prefeitura de Orindiúva: chefe de gabinete – Daiane Boina de Oliveira

Prefeitura de Palestina: diretor de Engenharia – Railton Fagner Santana do Nascimento

SDR:

Jesse James Latance

Luciana Damasceno

Ângela Maria da Silva

Fipe:

Marta Dora Grostein

Rovena Negreiros

Marlon Longo

Marcos Campagnone

Felipe Dias

Rafael Costa

Carolina Braga

Fabiana Coelho

Herlan Pacheco

Geni A. Toffoli

Oziel Carneiro

Margareth Lemos

Roberta Fontan

Sarah Rolindo

Abertura:

Jesse James Latance – SDR iniciou a reunião agradecendo a participação dos prefeitos e dos representantes das prefeituras neste início do processo de desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUÍ) da Região Metropolitana de São José do Rio Preto. Disse que a Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) esteve em São José do Rio Preto para instituir o Conselho da Região Metropolitana de São José de Rio Preto. Informou que é o secretário executivo dos Conselhos de Desenvolvimento Metropolitano, que nesta reunião representa o Secretário de Desenvolvimento Regional, Rubens Cury, e o Governador do Estado de São Paulo, Rodrigo Garcia.

Ressaltou que na gestão do ex-governador João Dória e do atual Rodrigo Garcia foi empreendido um esforço para que os municípios pudessem ter recursos para infraestrutura urbana e ações pontuais, de acordo com as necessidades de cada município, e que, a partir da criação da região metropolitana, as ações foram direcionadas ao planejamento regional. Colocou que o objetivo dessas oficinas regionais é dar voz aos municípios para que tragam as necessidades, tanto de cada município quanto as questões da região como um todo. Agradeceu o trabalho empreendido pela Fipe, à Rovena Negreiros, coordenadora técnica do projeto, à Andrea Calabi, coordenador geral, e à equipe técnica. Disse que todo o levantamento de informações sobre a região será compartilhado com os presentes para que possam auxiliar na elaboração do PDUI. Passou a palavra a Rovena Negreiros para que desse início à reunião.

Rovena Negreiros – Fipe agradeceu a Jesse James, cumprimentou a todos, disse que faz parte da coordenação da equipe neste contrato entre a Secretaria de Desenvolvimento Regional e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). Apresentou a professora Marta Dora Grostein e Marcos Campagnone, que também fazem parte da equipe de coordenação, e Marlon Longo, urbanista, subcoordenador da Região Metropolitana de São José do Rio Preto. Informou que foram feitos cinco PDUIs para as regiões metropolitanas de Ribeirão Preto, Vale do Paraíba e Litoral Norte, Jundiá e Piracicaba, e Aglomeração Urbana de Franca, e que até o final deste ano de 2022 será concluída, em conjunto com os municípios, a elaboração do PDUI da Região Metropolitana de São José do Rio Preto. Destacou que o objetivo desta reunião é apresentar os levantamentos técnicos, denominados panorama regional e leitura unificada da legislação urbanística do conjunto dos municípios, com vistas à produção de um diagnóstico da Região Metropolitana de São José do Rio Preto. Disse que as apresentações estão disponíveis para consulta na plataforma digital do PDUI da Região Metropolitana de São José do Rio Preto <https://pduirmsjrp.fipe.org.br/>, pois fornecerão subsídios aos municípios para a segunda etapa do processo participativo – as audiências públicas. Disse que nesta reunião será discutido o panorama regional, com vistas à produção de um diagnóstico, e a apresentação do caderno preliminar de propostas, a ser debatido nas audiências públicas com o poder público e a sociedade civil da região. Apresentou o vídeo de saudação do coordenador geral do projeto, Andrea Calabi, e a seguir passou a palavra ao prefeito de Nipoã, José Pedro Rampim, para que fizesse suas considerações iniciais.

José Pedro Rampim – prefeito de Nipoã cumprimentou a todos, disse que é gratificante estar reunido com os representantes dos municípios e a equipe do PDUI para falar sobre o planejamento da região, e que está esperançoso para que este trabalho traga progresso para a região, principalmente para a cidade de Nipoã, que possui diversos problemas. Disse que faz questão de participar do processo de elaboração do PDUI, e que estará disponível para o que for necessário.

Rovena Negreiros – Fipe agradeceu ao prefeito de Nipoã pelas palavras e pelo interesse em acompanhar a elaboração do plano. Passou a palavra a Marlon Longo para que apresentasse o conjunto de temáticas necessárias, de acordo com o Estatuto da MetrÓpole, e que devem ser observadas e abordadas no PDUI.

Marlon Longo – Fipe cumprimentou a todos, iniciou apresentando o cronograma do processo de elaboração do PDUI, cuja etapa atual é a coleta de informações com os grupos de trabalho (GTs), formados pelas secretarias estaduais, e as oficinas regionais (ORs), com a participação e diálogo com os municípios e a sociedade civil, o que subsidiará o entendimento mais preciso dos problemas e potencialidades da região. Lembrou que esta etapa do trabalho vai consolidar o

diagnóstico, o que possibilitará a elaboração de propostas até o final do trabalho. Informou que os 37 municípios da região metropolitana foram agrupados em sub-regiões, de acordo com as afinidades territoriais, locais, população, de modo a que todos os municípios tivessem oportunidade de se manifestar e contribuir durante este processo. Disse que a sub-região de Nova Granada é composta por seis municípios (Nova Granada, Onda Verde, Palestina, Icém, Orindiúva e Paulo de Faria), assim como a sub-região de Tanabi, também composta por seis municípios (Macaubal, Monte Aprazível, Nipoã, Poloni, Tanabi e União Paulista). Informou que as apresentações foram organizadas em oito blocos, com duração de 30 minutos para os blocos de 1 a 7, 15 minutos para o bloco 8, e que serão abertas discussões a cada conjunto de apresentações, conforme quadro apresentado.

Após a apresentação dos três primeiros blocos – **Estruturação regional e processo de urbanização; Leitura unificada dos zoneamentos e macrozoneamento e; Demografia e vulnerabilidade** – os representantes foram convidados a se manifestarem sobre essa leitura, se está de acordo com a visão dos municípios, se têm algo a acrescentar, já que esse é um processo de construção coletiva. Ressaltou que a equipe Fipe conversou com várias secretarias municipais, enviaram o perímetro urbano, dentre outras informações, e que a equipe enviou um relatório da leitura unificada aos municípios. Disse que Palestina e União Paulista responderam positivamente, validaram o relatório, mas os demais municípios não deram retorno. Perguntou se os representantes concordam com o que foi apresentado, ou se perceberam alguma inconsistência em relação ao perímetro urbano, ou se os municípios de Nipoã, Poloni, Macaubal, que tem algum zoneamento citado, mas que a equipe não teve acesso a mapas, esta é uma oportunidade de incorporar no estudo.

Railton Fagner Santana – Prefeitura de Palestina disse que Palestina está de acordo com o que foi apresentado em relação ao zoneamento, a cidade é pequena, conta com 13 mil habitantes. Sobre a questão relacionada aos hospitais, informou que Palestina não possui hospital e utiliza os hospitais do município de São José do Rio Preto. Perguntou se as questões apresentadas podem ser enviadas por e-mail, para que possa responder em conjunto com os técnicos do departamento da saúde, inclusive para saber se existe algum plano em desenvolvimento para a instalação de hospital no município.

Marlon Longo – Fipe perguntou a Railton se no município de Palestina existem questões fundiárias.

Railton Fagner Santana – Prefeitura de Palestina respondeu que existe um loteamento em fase de regularização pelo Programa Cidade Legal, que é um empreendimento antigo do Bom Pastor, com aproximadamente 50 residências, além dos três distritos de Palestina, que também estão sendo feitos, e que a maioria possui registro, e alguns estão fora.

Marlon Longo – Fipe colocou que, se Palestina tem alguma experiência com regularização fundiária, pois é difícil a equipe Fipe fazer o mapeamento porque não tem os dados do município, que os técnicos do município conhecem porque atuam diretamente no local. Pediu a Railton que se pudesse fazer essa identificação ou até mesmo reportar na reunião.

Rovena Negreiros – Fipe informou que Orindiúva colocou que três regiões estão em fase de regularização pelo Programa Cidade Legal. Pediu aos representantes dos municípios presentes enviarem para a equipe Fipe quantos e quais são os programas para poderem inserir no mapeamento, a fim de reforçar, por meio de uma proposta no PDUI, o programa de regularização fundiária, que

hoje é feito também pelo Instituto de Terras de São Paulo (Itesp) em áreas urbanas e rurais. Disse ser importante que os municípios reportem essa questão, pois a equipe Fipe não conseguiu o status do programa Cidade Legal nos municípios da Região Metropolitana de São José do Rio Preto.

Railton Fagner Santana – Prefeitura de Palestina disse que vai entrar em contato com Felipe, que coordena os processos de regularização em Palestina e que dará retorno à equipe Fipe sobre a situação atual.

Tânia Liana Toledo Yugar – Prefeita de Nova Granada, sobre a questão de regularização fundiária, colocou que existe o problema em Nova Granada e Onda Verde, que gostaria, se possível, fazer uma diligência em relação à questão, porque, desde que iniciou o trabalho relativo à regularização dos loteamentos irregulares do município, os processos não vão adiante, estão parados no cartório. Disse que está com tudo pronto para asfaltamento, mas o processo não evolui. Disse que fez asfaltamento pelo Programa Nossas Ruas, esgotamento sanitário. Pediu que a equipe Fipe auxiliasse junto ao cartório na resolução do problema. Falou sobre a questão da saúde, que o município tem que organizar. Disse que existe a Santa Casa, e que gostaria que fosse um hospital regional, pois poderia se incumbir de alguns procedimentos pelo SUS, incluindo contratação de profissionais de RH, que são caros e a tabela SUS não é majorada faz uns 20 anos não permite. Pediu ajuda à equipe Fipe para essas duas pautas, porque o certificado de propriedade é um direito da pessoa que adquiriu o imóvel.

Rovena Negreiros – Fipe explicou à prefeita Tânia que o PDUI precisa se converter em lei para ser um plano operacional, mas que podem elaborar propostas no sentido da facilitação dos registros dentro do cartório, que é a última etapa do processo de regularização fundiária. Informou que na próxima etapa de reuniões com a Secretaria de Habitação a equipe Fipe levará essa demanda de Nova Granada relativa ao apoio que a Secretaria Estadual de Habitação, por meio do Programa Cidade Legal, pode dar na etapa do registro cartorário, e que poderá entrar no PDUI como proposta. Disse que é uma etapa um pouco longa para a demanda emergencial colocada, mas que é possível intermediar a demanda junto ao Eric Vieira, coordenador do Programa Cidade Legal, a fim de definir quais as propostas que devem ser abrigadas no PDUI.

Não havendo mais manifestações sobre as primeiras temáticas, deu prosseguimento à apresentação da **Dinâmica Econômica**.

Após a apresentação, **Rovena Negreiros – Fipe** disse que, antes de passar para o tema de transporte e mobilidade, gostaria de ouvir os representantes dos municípios sobre como estão vendo a empregabilidade da mão de obra na região diante dos dados apresentados de concentração da atividade econômica e de emprego formal, qual é a necessidade de capacitação, como estão vendo a mudança de novos produtos do setor sucroalcooleiro e como está a saúde financeira das usinas, pois é algo que depende da empregabilidade, da mudança de produto, não necessariamente nessa sub-região, mas na região metropolitana, a entrada da borracha com uma determinada força nessa composição de seringueiras, cacau e amendoim. Disse saber que existem recursos no BNDES para incorporação de tecnologia para esses produtos, que são próprios da região, em torno de 1 bilhão de reais para disponibilizar via projetos de inovação tecnológica e melhoria da produtividade desses segmentos econômicos da região. Perguntou quais são as apostas que os municípios veem nesses segmentos, o alimentício, biocombustível, borracha, a fim de desenvolver projetos que possam ser financiados na região.

Passou a palavra a **Herlan Alcântara – Fipe** para que apresentasse o panorama sobre **Mobilidade, Transporte e Logística**, para, na sequência, abrir para as considerações dos representantes dos municípios.

Após a apresentação, Herlan Alcântara disse ser importante que os municípios fizessem suas colocações, a fim de checar se as informações apresentadas sobre a existência do transporte municipal e intermunicipal e sua frequência são reais, quais os gargalos existentes. Sobre a infraestrutura, perguntou se os municípios possuem alguma necessidade recorrente de pavimentação ou duplicação de estradas, ou gargalos rodoviários, e o que consideram mais sensível para ser trabalhado ao longo do PDUI.

Railton Fagner Santana – Prefeitura de Palestina disse que está sendo feita a pavimentação na rodovia que liga Palestina a Tanabi, trecho que acredita terá um fluxo expressivo para escoamento da produção rural.

Herlan Alcântara – Fipe perguntou se esta rodovia tem importância para o deslocamento da população entre as duas cidades, pois é possível reforçar algumas centralidades urbanas, no caso de Tanabi, que é uma referência importante para se estimular as conexões entre as cidades vizinhas, não só para a produção agropecuária, mas para a população.

Railton Fagner Santana – Prefeitura de Palestina concordou que o estímulo às conexões entre cidades para o deslocamento da população é muito importante, em especial a Euclides da Cunha que liga Votuporanga a outras cidades, porque tem 15 km, aproximadamente, de terra, e que em Iporanga, distrito de Tanabi, existem várias pessoas que transitam por ali e chegam a Tanabi. Disse que existe um programa em Palestina de ligação com Pontes Gestal, que tem asfalto até a Usina Colombo, no município de Palestina, e 10 km de terra, que provavelmente será asfaltado, e que está no Programa Novas Viciniais do governo do estado. Disse que o trecho que vai para Votuporanga já iniciou, e a que vai para Pontes Gestal está no programa ainda.

Rovena Negreiros – Fipe disse que a ideia é reforçar a importância dessa pavimentação no PDUI e Railton concordou.

Daiane Boina de Oliveira – Prefeitura de Orindiúva, em manifestação via chat, pediu apoio no sentido de reforçar o transporte intermunicipal coletivo.

José Pedro Rampim – Prefeito de Nipoã perguntou se a equipe poderia passar o link das apresentações para que pudesse consultar novamente, entender um pouco melhor. Sobre o assunto da mobilidade e transporte, disse não ter entendido bem a questão da frequência do transporte. Disse que Nipoã tem um único ônibus para São José do Rio Preto, que tinham no passado várias linhas e hoje não há mais, e que a prefeitura está fazendo um esforço enorme para levar as pessoas para José Bonifácio, Monte Aprazível, e outras cidades vizinhas, e em relação à transporte e mobilidade, Nipoã está isolada, e que seria importante reforçar a questão no PDUI.

Rovena Negreiros – Fipe informou ao prefeito que todo o material está sendo disponibilizado na plataforma digital do PDUI da Região Metropolitana de São José do Rio Preto. Disse que, além das apresentações, é importante que os municípios consultem o Produto 5 – Panorama Regional, que traz o detalhamento de todos os municípios que compõem a região, e incorpora as discussões que estão sendo feitas com as prefeituras e a sociedade civil, e as discussões feitas com o governo do estado sobre os temas que dizem respeito ao PDUI. Assim, as sugestões dos programas de go-

verno e as sugestões de demandas dos municípios serão incorporadas no diagnóstico para que a equipe Fipe e os municípios possam apresentar propostas.

Herlan Alcântara – Fipe informou que a representante de Orindiúva reforçou a necessidade do transporte coletivo intermunicipal. Informou, ainda, que haverá uma etapa do PDUI voltado ao levantamento das propostas.

Rovena Negreiros – Fipe informou que, a partir do dia 20 de outubro, estará disponível o formulário para que as prefeituras e a sociedade civil apresentem propostas estruturadas de suas demandas, dado que a equipe Fipe deve contabilizar e sistematizar as contribuições, uma vez que o processo de elaboração do PDUI é fiscalizado pelo Ministério Público, inclusive para atestar a participação das prefeituras e da sociedade civil na construção coletiva, evidenciando a transparência do processo de elaboração do PDUI. Por este motivo, foi criada a plataforma digital, que abriga todos os documentos produzidos durante o processo de elaboração do PDUI, incluindo as contribuições das prefeituras e da sociedade civil. Reforçou que o formulário estará disponível do dia 20 de outubro até o dia 7 de novembro.

Messias Ribeiro – Prefeitura de Icém disse que, sobre a questão da regularização fundiária, estão tentando regularizar um bairro chamado Barreirinho desde a administração anterior, mas não tiveram êxito, e a dificuldade imposta pelo cartório na regularização do bairro Praia Mariana. Outro problema diz respeito à regularização de uma estrada que serve de passagem, que querem que seja transformada em estrada municipal, o que resulta em diversas dificuldades, seja por assinatura dos [confrontantes?], seja por cobrança, seja porque algumas pessoas não querem assinar. Disse que a atual administração entrou com ação de desapropriação para regularizar o loteamento de Praia Mariana. Disse que há o Distrito Industrial, que já tem três empresas licitadas, com documentação em processo de formalização para assumir os terrenos e iniciar as obras. Esse distrito existe, está se desenvolvendo e muito em breve terá a presença de várias empresas. Sobre a questão do transporte, informou que a rodoviária de Icém está interdita, e que, talvez por este motivo, o transporte urbano é inexistente, que a cidade não tem linha para São José do Rio Preto, que há muitas reclamações por parte da população, e que esta é uma questão que precisa ser solucionada.

Rovena Negreiros – Fipe pediu a Messias que listasse e enviasse à equipe Fipe todas as questões que estão com processo de regularização fundiária (lista com nome dos assentamentos e se estão dentro do Programa Cidade Legal), e os problemas que estão enfrentando, para que possam formular alguma proposta objetiva. Disse que, à medida em que essas informações cheguem à equipe Fipe, haverá uma etapa de interlocução individual com os municípios.

Não havendo mais considerações sobre dinâmica econômica e de mobilidade e transporte, deu sequência à apresentação de **Fabiana Coelho – Fipe**, sobre **Infraestrutura**.

Na sequência, colocou algumas questões aos representantes municipais.

- Sobre a baixa eficiência e eficácia no tratamento da carga orgânica, pediu aos representantes municipais que informassem o porquê da situação.
- Resíduos sólidos: a equipe Fipe gostaria de saber se há algum novo arranjo intermunicipal, ou um acordo que leve em consideração as dificuldades municipais para solução da questão, ou que possam ser minimizadas por meio de consórcios ou outros acordos.

Na sequência, **Felipe Dias – Fipe** deu prosseguimento ao tema **Dinâmica Ambiental**, no que diz respeito à cobertura vegetal e aos recursos hídricos.

Finalizada a apresentação, **Felipe Dias** perguntou se algum município detectou alguma área protegida que não foi mapeada na apresentação. Em relação à questão dos riscos, perguntou se os municípios têm um mapeamento específico dos riscos mais presentes, como erosão, inundação ou escorregamento, já que a equipe avaliou os riscos regionalmente.

Fabiana Coelho – Fipe, referindo-se aos resíduos sólidos, disse que neste ano de 2022 o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo fez uma fiscalização na região e encontrou algumas deficiências no que diz respeito ao descarte irregular da construção civil nos municípios de Icém, Macaubal, Tanabi e Nipoã, de aterros fechados que continuam recebendo resíduos, aterros desativados abertos, possibilitando a entrada de animais, de pessoas não autorizadas, aterros municipais com solo não impermeabilizado, deficiências que os municípios enfrentam por falta de recursos para o correto gerenciamento dos resíduos. Diante do exposto, pediu que os representantes apontassem quais os tipos de resíduos, se da construção civil, se resíduos da poda, e quais são as principais deficiências encontradas, e se enxergam uma solução regional que possa ser incorporada como proposta no PDUI, e se os participantes poderiam enviar para a equipe os pontos críticos relativos ao gerenciamento dos resíduos, para a formulação de algumas propostas.

Com relação à água e esgoto, disse que as concessionárias locais predominam na região (sendo que a Sabesp abrange apenas 14 municípios), e que, daqueles que estão irregulares com a situação de atendimento de água, seis são da Sabesp e cinco das prefeituras, o que evidencia algumas deficiências, passíveis de serem verificadas junto à Sabesp e às prefeituras, quais as possíveis soluções e como o PDUI pode auxiliar.

Messias Ribeiro – Prefeitura de Icém colocou que o aterro de Icém foi encerrado, que não tiveram permissão da Cetesb para sua ampliação. Disse que o lixo de Icém é levado para Onda Verde, porém, os resíduos resultantes da construção civil ficam no município, e que, segundo a Cetesb, poderia ser descartado em erosões ou em estradas rurais. Disse que para este descarte usam uma estrada desativada, mas que é outro problema, pois a população passou a descartar móveis, dentre outros resíduos. Disse que o município se associou ao Consórcio de Desenvolvimento do Vale do Rio Grande (Codevar) para a compra de uma usina móvel para triturar esse tipo de resíduo. Informou, ainda, que estão fazendo parceria com uma usina de reciclagem, a Recicla Vida, inclusive disse que vai compartilhar um vídeo dessa usina com a equipe Fipe, para que pudessem discutir sobre a viabilidade dessa parceria, que está bem adiantada, que a usina pediu a doação da área onde está localizada. Colocou que vislumbra que essa parceria venha a gerar empregos e impulsionar a economia do município, pois haverá a produção de energia a partir do processamento do resíduo. Outro ponto interessante é a atração de outros municípios para que descartem seus resíduos nesta usina, a um custo menor que do aterro sanitário. Disse que a quantidade processada/dia da usina é de 240 toneladas, que inicialmente vão processar o lixo do antigo aterro, até que se tenha maior quantidade de resíduos vindos de outros municípios.

Fabiana Coelho – Fipe disse que a viabilidade de qualquer solução tecnológica deve ser verificada com a Cetesb, mas que a solução regional trazida por Messias é interessante.

Rovena Negreiros – Fipe disse que seria interessante que a equipe Fipe tivesse o estudo feito pela Usina com relação ao conjunto de municípios e ao volume de resíduos gerado por eles, se

são suficientes, pois, provavelmente, terão que fazer um consórcio para usar essa usina. Disse que poderiam ser geradas propostas regionalizadas sobre este assunto, pois esta é a perspectiva do PDUI, que o tratamento do lixo seja regional, e no contexto das sub-regiões, que seja tratado da mesma forma, abarcando os seis municípios da sub-região de Tanabi e os seis da sub-região de Nova Granada, porque são municípios muito pequenos, então é preciso dimensionar qual é a demanda efetiva para ser rentável.

Messias Ribeiro – Prefeitura de Icém informou que o objetivo da usina de resíduos sólidos neste momento é usar Icém como experiência pioneira na região, para abrir caminhos para outros municípios, diante da proximidade de Onda Verde, Nova Granada, Orindiúva, por exemplo, pois os aterros sanitários serão proibidos em breve.

Rovena Negreiros – Fipe reafirmou que seria interessante que a equipe obtivesse um estudo da usina sobre esse processo.

Messias Ribeiro – Prefeitura de Icém disse que enviará o estudo e o projeto para análise da equipe Fipe. Disse que o projeto está com o jurídico da prefeitura de Icém para as análises necessárias. Adiantou que o município-sede não terá custo algum, uma vez que fará a doação do terreno para a devida implantação da usina, e que o lucro [da usina] virá por meio dos reciclados e da energia produzida. Disse que já existe uma usina implantada no Paraná.

Rovena Negreiros – Fipe colocou que essas novas tecnologias são pouco conhecidas, que a própria Cetesb teve dificuldade para licenciar uma operação de tratamento de água em Paraibuna, diante da falta de conhecimento sobre a eficiência da tecnologia usada, mas que, a partir do momento que entendeu o projeto, foi feito o licenciamento, considerando que Paraibuna está em área de mananciais no Vale do Paraíba.

Messias Ribeiro – Prefeitura de Icém disse que esteve em contato com Jordão e José Mário da Cetesb, que disseram para que protocolasse o pedido para seguirem com a análise.

Não havendo mais considerações a respeito do tema, **Rovena Negreiros – Fipe** deu prosseguimento à apresentação do último bloco, passando a palavra para **Marlon Longo – Fipe**, para que fizesse a exposição sobre o tema **Ordenamento Territorial** e a **proposta preliminar de macrozoneamento regional**.

Finalizada a apresentação, **Marlon Longo – Fipe** disse que, caso algum município tenha mapeamento de algum loteamento em área de expansão, que deveriam ser englobadas nas macrozonas, este pode ser enviado à equipe Fipe para estudo e/ou inclusão no macrozoneamento. Disse que a equipe sabe que nem todos os municípios têm setor de georreferenciamento, problema comum em municípios pequenos, e que a vantagem é que a Fipe vai devolver esse trabalho para os municípios, pelo menos o macrozoneamento organizado, georreferenciado em uma base pública, que será uma contribuição importante, independente da aprovação do PDUI. Disse, ainda, que o diálogo que se estabelece de agora em diante, no que diz respeito ao macrozoneamento, será importante para que se consiga atualizar as bases municipais com georreferenciamento, já pensando em áreas de expansão que o município já tenha mapeado. Informou que esses mapas serão enviados aos municípios por e-mail, que a equipe optou por foto aérea, pois facilita a identificação das três macrozonas, com a possibilidade de apontar o que for necessário. Informou que o link de acesso às apresentações e todos os documentos produzidos pela Fipe até o momento, assim como o e-mail de contato oficial da Fipe, encontram-se ao final da apresentação e no chat da reunião.

Rovena Negreiros – Fipe passou a palavra aos representantes dos municípios para suas considerações sobre a proposta de macrozoneamento apresentada. Informou que a apresentação estará disponível no endereço constante do chat da reunião, no período da tarde, mas que também serão enviados via e-mail aos representantes municipais para uma análise mais aprofundada.

Marta Dora Grostein – Fipe disse que, diante da exposição tão complexa e completa feita pela equipe Fipe, gostaria de destacar a relevância do planejamento, seja em nível de cada município, seja na relação entre os municípios, que é o objeto do PDUI. Agradeceu enormemente a presença dos prefeitos, que mostram comprometimento com este trabalho coletivo de organizar o planejamento nessa nova escala da região metropolitana, e que lhe parece importante que, ao analisarem os elementos que estão sendo fornecidos pelos municípios a esse estudo da Fipe, permite que se disponha aos municípios informações relevantes para o seu próprio planejamento municipal, assim como para os distintos municípios de uma sub-região. Agradeceu novamente a presença dos prefeitos e dos técnicos por colaborarem com a complementação das informações, na análise das informações organizadas pela equipe Fipe, e avaliação sobre as leituras contidas no Produto 5 – Panorama Regional, que descreve em detalhes o que foi exposto nesta reunião.

Rovena Negreiros – Fipe agradeceu pelas colocações de Marta Grostein, disse que seguem juntos, agora com uma atenção individualizada com as prefeituras, e que brevemente serão enviadas notícias acerca dos formulários de propostas sobre os temas tratados neste processo de elaboração do PDUI. Reforçou que até o dia 20 de outubro será disponibilizado o documento preliminar para auxiliar os debates nas audiências públicas da RMSJRP, que devem ocorrer ao final deste mês de outubro na modalidade híbrida: presencial e virtual. Agradeceu a presença de todos, e, não havendo mais considerações, encerrou a reunião.

Encaminhamentos:

Fipe

- Levar a demanda de Nova Granada, relativa ao apoio que a Secretaria Estadual de Habitação, por meio do Programa Cidade Legal, pode dar na etapa do registro cartorário, que poderá entrar no PDUI como proposta.
- Enviar as apresentações ao prefeito de Nipoã, José Pedro Rampim.
- Enviar os mapas da proposta de macrozoneamento aos representantes das prefeituras.

Prefeitura de Icém: Messias Ribeiro

- Enviar o estudo e o projeto da usina de tratamento de resíduos sólidos de Icém.
- Compartilhar vídeo sobre o funcionamento da usina de tratamento de resíduos sólidos com a equipe Fipe, para que possam discutir sobre a viabilidade dessa parceria.

Representantes dos municípios presentes

- Enviarem para a equipe Fipe quantos e quais são os programas de regularização fundiária presentes na região.

Prefeitura de Palestina – Railton Fagner Santana

- Entrar em contato com Felipe, que coordena os processos de regularização em Palestina, e posicionar a equipe Fipe sobre a situação atual.

SUB-REGIÃO DE JOSÉ BONIFÁCIO

06/10/2022 – 14 ÀS 17h

Participantes:

Prefeitura de José Bonifácio: prefeito Dilmo Resende de Carvalho

Prefeitura de José Bonifácio – Gabinete: Tiago Luis Pestana

Prefeitura de Irapuã – Secretário de Administração: Marcos Aurélio Sormani / Patrícia

Prefeitura de Urupês – Diretor de Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos: Lauriston Isique

Prefeitura de Ubarana – Departamento de Engenharia: eng. Nathália Camila Saura Mendonça Stephano

Prefeitura de Potirendaba – Coordenadora de Desenvolvimento da Empresa, Indústria e Comércio: Francieli Gallo Agostinho

Unesp José Bonifácio/Mendonça: Guilherme Serrano

OAB 257ª Subseção – José Bonifácio: Dr. Rodrigo Facchin de Medeiros

SDR:

Jesse James Latance

Fipe:

Rovena Negreiros

Marlon Longo

Maria Lúcia Camargo

Geni A. Toffoli

Oziel Carneiro

Carolina Braga

Fabiana Coelho

Herlan Pacheco

Rafael Costa

Sarah Rolindo

Roberta Fontan

Margareth Lemos

Felipe Dias

Maurício Hoffmann

Abertura:

Jesse James Latance – SDR iniciou a reunião cumprimentando o prefeito de José Bonifácio, Dilmo Resende, e agradecendo a participação dos prefeitos e dos representantes municipais neste início do processo de desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de São José do Rio Preto. Disse que a Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) esteve em São José do Rio Preto para instituir o Conselho da Região Metropolitana de São José de Rio Preto. Informou que é o secretário executivo dos Conselhos de Desenvolvimento Metropolitanos, que nesta reunião representa o Secretário de Desenvolvimento Regional, Rubens Cury, e o Governador do Estado de São Paulo, Rodrigo Garcia. Ressaltou que na gestão do ex-governador João Dória e do atual Rodrigo Garcia foi empreendido um esforço para que os municípios

pudessem ter recursos para infraestrutura urbana e ações pontuais, de acordo com as necessidades de cada município, e que, a partir da criação da região metropolitana, as ações foram direcionadas ao planejamento regional. Colocou que o objetivo dessas oficinas regionais é dar voz aos municípios para que tragam as necessidades, tanto de cada município quanto as questões da região como um todo. Agradeceu o trabalho empreendido pela Fipe, à Rovena Negreiros, coordenadora técnica do projeto, à Andrea Calabi, coordenador geral, e à equipe técnica. Disse que todo o levantamento de informações sobre a região será compartilhado com os presentes para que possam auxiliar na elaboração do PDUI. Pediu que os presentes divulguem esse trabalho, tanto nas prefeituras, como para a sociedade civil da região, pois até o final deste mês de outubro acontecerão as audiências públicas, momento em que serão recebidas as propostas oficiais para o PDUI por meio da plataforma digital do PDUI-RMSJRP. Agradeceu mais uma vez a presença de todos e passou a palavra para Rovena Negreiros para que desse início à reunião.

Dilmo Resende de Carvalho – Prefeitura de José Bonifácio cumprimentou a todos os presentes e agradeceu a oportunidade de colaborar com o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São José do Rio Preto. Agradeceu o empenho da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) e da Fipe e sua equipe na realização do PDUI da Região de São José do Rio Preto.

Rovena Negreiros – Fipe agradeceu a Jesse James, ao prefeito de José Bonifácio, Dilmo Resende, e informou que antes do período eleitoral foi feita a reunião do Conselho de Desenvolvimento Regional e naquele momento a equipe Fipe já estava coletando os dados e estruturando o banco de dados para a produção do panorama regional, já disponível na plataforma digital, e que será apresentado nesta reunião. Disse que o objetivo da reunião é apresentar o panorama regional e a leitura que fizeram da legislação urbanística, denominada leitura unificada, com vistas a produzir um diagnóstico e uma proposta de macrozoneamento para o ordenamento territorial dessa região. Disse que essas oficinas regionais fazem parte da primeira etapa do processo participativo da construção do PDUI, ocasião em que conversam com os representantes do governo do estado sobre as temáticas tratadas no PDUI, visando ao alinhamento com as políticas públicas setoriais do governo do estado, que vão contribuir para a execução de ações nessa região. Nessas reuniões setoriais, chamados Grupos de Trabalho Temáticos (GTs), se discutem os temas pertinentes ao PDUI. Na oficina regional busca-se uma validação das prefeituras para a leitura e o panorama regional, que será apresentado na sequência. Ressaltou a importância do alinhamento desse entendimento pelos representantes da região e esta é uma oportunidade para os presentes agregarem informações que porventura a equipe Fipe não tenha tido acesso, uma vez que utilizou apenas dados secundários, não fizeram pesquisa primária para gerar informação, e que a informação gerada pelas prefeituras é fundamental para o projeto de elaboração do PDUI. Enfatizou que as ORs são uma oportunidade de alinhamento de conhecimento para a produção de um diagnóstico. A partir disso, será feita formulação das propostas preliminares, as quais serão debatidas nas audiências públicas, que ocorrerão nos dias 25 e 26 de outubro. Registrando que uma delas ocorrerá no município de José Bonifácio, que agrega os dez municípios na sub-região. Disse que as audiências públicas ocorrerão no formato híbrido – presencial e virtual – o que evita deslocamentos de municípios distantes. Disse que a segunda audiência pública será em Tanabi ou Nova Granada, e a terceira, em São José do Rio Preto. Com isso, ficam contempladas as quatro sub-regiões propostas para organizar os municípios em torno de centralidades: José Bonifácio,

Tanabi, Nova Granada, além do polo central, São José do Rio Preto. Informou que as duas primeiras etapas do PDUI – GTs e ORs – se encerram nesta semana, e que na última semana de outubro, antes do segundo turno das eleições, ocorrerão as audiências públicas, que o formulário para apresentação de propostas será disponibilizado na plataforma digital para a sociedade civil e para o poder público.

Apresentou o vídeo de saudação do coordenador geral do projeto, Andrea Calabi, e, na sequência, passou a palavra a Marlon Longo, coordenador da equipe técnica da RMSJRP, para que desse início às apresentações.

Marlon Longo – Fipe cumprimentou, agradeceu a presença de todos e informou que a apresentação será dividida em oito temáticas, agrupadas em quatro blocos, sendo as três primeiras com duração de 30 minutos cada, e as demais com duração de 15 minutos cada, dando oportunidade aos membros da equipe responsáveis pelos estudos específicos, e que serão abertas discussões a cada conjunto de apresentações, conforme quadro apresentado. Informou que o endereço da plataforma digital e do e-mail oficial para contato estão disponíveis no chat da reunião.

Deu início à apresentação do tema **Estruturação regional e processo de urbanização**, para, na sequência, **Rafael Costa – Fipe** apresentar os temas **Leitura unificada dos zoneamentos e macrozoneamento e demografia e vulnerabilidade**.

Após a apresentação dos três primeiros blocos, os representantes foram convidados a se manifestarem sobre essa leitura, considerando as análises feitas se estão de acordo com a visão dos municípios, se têm algo a acrescentar aos temas, conforme segue:

- Em relação ao zoneamento, foi solicitado aos municípios que não retornaram o pedido de documentos que enviem mapas que tenham sido produzidos, ou uma nova legislação, perímetros ou zonas citadas nos planos diretores, se possível enviarem à equipe Fipe, a fim de que sejam contemplados no mapa apresentado, em especial José Bonifácio, Ubarana e Mendonça.
- Sobre os aspectos econômicos e sociais, os municípios com maiores ou menores indicadores, qual a percepção dos municípios presentes em relação ao que foi apresentado, se têm conhecimento, se as questões chegam ou não ao município.
- Sobre a questão dos hospitais, se existe a dependência em relação aos hospitais do município-polo de São José do Rio Preto, como os municípios enxergam a distribuição dos equipamentos de saúde, o deslocamento dos municípios mais distantes, e se existem projetos ou planos de implantação de hospitais nos municípios da região.
- Sobre a questão da habitação, se os representantes dos municípios observam alguma vulnerabilidade territorial, favelas que podem estar surgindo, vulnerabilidades rurais e regularização fundiária, se participam de algum convênio, como o Programa Cidade Legal, ou com o Itesp.

Nathália Camila Saura Mendonça Stephano – Prefeitura de Ubarana informou que no município existem 13 áreas de expansão urbana, que adquiriam uma área de polo industrial, e a área da Prainha, pois são Município de Interesse Turístico (MIT).

Rovena Negreiros – Fipe perguntou a Nathália se poderia enviar esses perímetros para a equipe Fipe.

Nathália Camila Saura Mendonça Stephano – Prefeitura de Ubarana respondeu que pode enviar, complementou dizendo que Ubarana tem convênio com o Programa Cidade Legal, pois havia lo-

teamento irregular, restando apenas dois loteamentos de expansão urbana para finalizar a regularização. Disse que existe a Usina Tietê, que é expansão urbana também.

Rovena Negreiros – Fipe perguntou se esse distrito industrial já está sendo ocupado.

Nathália Camila Saura Mendonça Stephano – Prefeitura de Ubarana respondeu que foi comprado recentemente, e que não está ocupado, que não iniciaram o projeto.

Rovena Negreiros – Fipe disse que é importante a localização, pois na oficina regional de Nova Granada e Tanabi de hoje pela manhã um município criou o distrito industrial ao longo da Euclides da Cunha, e seria importante saberem [a equipe Fipe] onde a organização do território para essas dinâmicas mais econômicas estão acontecendo, estão sendo previstas pelos municípios.

Nathália Camila Saura Mendonça Stephano – Prefeitura de Ubarana disse que o distrito industrial será na Transbrasiliana, BR-153.

Rovena Negreiros – Fipe disse que nesse município que citou, acima de São José do Rio Preto, vai pegar a Euclides da Cunha, e a de Ubarana é a transversal – a Transbrasiliana. Disse que é importante localizar em que altura fica esse distrito, pois tem impactos, entroncamentos, para se pensar no futuro desse viário sob o ponto de vista regional. Perguntou se alguém mais gostaria de dar contribuições sobre o tema e pediu aos municípios presentes que enviassem para a equipe Fipe a lista dos programas Cidade Legal que estejam em curso em cada município, a fim de se dimensionar a questão da regularização fundiária nessa região.

Não havendo mais colocações, passou a palavra a **Maria Lúcia Camargo – Fipe** para que desse prosseguimento à apresentação sobre o tema **Dinâmica Econômica**, e na sequência a apresentação do Tema **Mobilidade, transporte e logística** com Herlan Alcântara – Fipe.

Finalizada a apresentação sobre a **Dinâmica econômica**, **Maria Lúcia Camargo** perguntou como os municípios presentes veem os desafios da sub-região, quais as potencialidades e como o PDUI pode contribuir.

- Sobre o uso e cobertura da terra, perguntou qual a percepção dos municípios em relação ao tema, se há uma grande modificação em algumas culturas, pois percebeu-se pelas análises que os maiores municípios produtores de cana em 2010 permaneciam os mesmos de 2020, até pela necessidade do canavial ser próximo da usina, em função da cana ser perecível. Perguntou ao representante de Irapuã, que tem uma produção significativa de laranja, quais as perspectivas para esse cultivo em relação aos problemas fitossanitários e se há migração da produção de laranja para outras culturas. Em relação à mão de obra, o que vocês pensam sobre a qualificação para o trabalho, o que precisa ser potencializado na região, e quais os entraves e as falhas na qualificação de mão de obra. Sobre o preço da terra, perguntou se os representantes têm alguma informação sobre alta no preço da terra, pois a equipe Fipe percebeu a questão ao norte da região metropolitana, principalmente em Paulo de Faria.
- Sobre o crescimento da plantação de soja, bem como do amendoim e da borracha, pediu aos municípios que falassem um pouco sobre essa cultura, visto que, segundo a Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (SAA), a borracha está se colocando como uma cultura interessante em alguns municípios, que pode ser rentável, inclusive em um consórcio com banana e cacau, parece ser uma alternativa interessante. Contudo, o que preocupa é a especialização da sub-região em uma determinada cultura, que pode trazer um grande potencial, mas, por vezes,

os municípios ficam sujeitos a movimentos cíclicos, dependentes de preço, de demanda mundial pelo produto, o que pode impactar o emprego, a arrecadação do município, e que uma das ideias do PDUI é diminuir a desigualdade regional, espraiando o crescimento para outros municípios além do município-sede, e diversificar a atividade produtiva.

Na sequência, **Herlan Alcântara – Fipe** apresentou o tema **Mobilidade, transporte e logística**.

Após a apresentação, **Herlan Alcântara** disse ser importante que os municípios fizessem suas colocações, a fim de checar se as informações apresentadas sobre existência do transporte coletivo municipal e intermunicipal e sua frequência são reais, quais os gargalos existentes. Sobre a infraestrutura, perguntou se os municípios possuem alguma necessidade recorrente de pavimentação ou duplicação de estradas, ou gargalos rodoviários, e o que consideram mais sensível para ser trabalhado ao longo do PDUI.

Sobre a questão da logística rodoviária e hidroviária, em especial a hidrovía do Tietê, perguntou se os municípios enxergam esse potencial, tanto para o escoamento agropecuário, como para o turismo, visto que em alguns casos há aproveitamento e em outros não.

Finalizadas as apresentações do segundo bloco, **Marlon Longo – Fipe** passou a palavra para que os representantes presentes fizessem suas colocações sobre os temas.

Rovena Negreiros – Fipe informou que, não havendo nenhuma consideração a ser feita sobre os temas apresentados, os representantes dos municípios poderão fazer considerações sobre a apresentação, que é um extrato do Produto 5, disponível na plataforma digital, e formular propostas sobre as questões abordadas nos formulários que serão disponibilizados a partir do dia 20 próximo, ambos disponíveis na plataforma digital do PDUI da Região Metropolitana de São José do Rio Preto. Passou a palavra a **Felipe Dias – Fipe** para que apresentasse o tema da **Dinâmica Ambiental**, e, na sequência, a apresentação do tema **Infraestrutura** por **Fabiana Coelho – Fipe**.

Finalizada a apresentação sobre a Dinâmica Ambiental, **Felipe Dias** colocou as seguintes questões:

- Sobre o mapeamento feito pela equipe Fipe de algumas áreas de proteção e unidades de conservação, utilizando as bases da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (Sima), pediu aos representantes das prefeituras que indicassem se existe alguma área em processo de transformação em unidades de conservação ou mesmo uma área de proteção municipal, e, se possível, a informação fosse compartilhada com a equipe Fipe. Além disso, pensar sobre os riscos ambientais destas áreas, se o município possui alguma experiência sobre riscos de queimada, escoamento, inundações e escassez hídrica, que é uma questão impactante para o estado.

Marlon Longo – Fipe agradeceu a Felipe pela apresentação e passou a palavra a **Fabiana Coelho – Fipe** para que apresentasse o tema **Infraestrutura e saneamento**.

Após a apresentação, **Fabiana Coelho – Fipe** pediu aos representantes dos municípios que falassem sobre sua percepção em relação aos temas saneamento, tratamento de esgoto, qualidade das unidades de disposição dos resíduos sólidos, sobre a adequação dos aterros sanitários, a necessidade de novas áreas ou a expansão desses aterros e usinas de processamento de resíduos e a possibilidade de consórcios como solução, contudo o número de consórcios na região é pequeno, e os existentes englobam uma quantidade pequena de municípios. Chamou a atenção para

uma melhor organização dos municípios em favor de soluções conjuntas voltadas à diminuição dos custos de cada município para um bom gerenciamento desses resíduos.

Sobre a questão da drenagem urbana, disse que é um tema a ser observado, discutido e planejado entre os municípios para que não venha a se tornar um problema no futuro, sendo uma das soluções a construção de parques lineares.

Ressaltou a importância de os municípios consultarem o material apresentado e fazerem um comparativo com as informações trazidas nesta reunião sobre a realidade da região. Colocou que a equipe Fipe não possui os dados sobre resíduos sólidos de José Bonifácio, pois não houve resposta para as questões do SNIS de 2020, por exemplo. Pediu aos participantes que falassem sobre os problemas mais necessários que identificam em seu município ou na região, para que possam ser discutidos e que são passíveis de se transformarem em propostas.

Rovena Negreiros – Fipe abriu as discussões sobre as duas temáticas sobre meio ambiente e infraestrutura e perguntou se os representantes da sociedade civil – Unesp e OAB – têm considerações a fazer sobre os temas apresentados. Aproveitou para informar que o e-mail oficial da Fipe foi colocado no chat para encaminhamento de documentos que julguem necessários para o aprimoramento do panorama regional.

Marlon Longo – Fipe ressaltou que Felipe Dias colocou algumas questões bem importantes para a região em relação ao balanço hídrico, e perguntou aos representantes presentes se a questão da escassez hídrica já é uma realidade para os municípios dessa sub-região, não só na área urbana, mas na rural também. Não havendo nenhuma manifestação, Marlon Longo deu início à apresentação da **Proposta preliminar de macrozoneamento regional**.

Finalizada a apresentação, **Marlon Longo – Fipe** colocou que, se os municípios identificarem algum loteamento ou área que está em previsão de expansão, próximo à mancha urbana principal, seria interessante que informassem à equipe Fipe, pois essa macrozona de diversificação urbana é passível de ser ajustada, para além do que o IBGE identifica como urbano. Salientou que a Fipe vai devolver esse trabalho para os municípios, pelo menos o macrozoneamento organizado, georreferenciado em uma base pública, que será uma contribuição importante, independente da aprovação do PDUI. Disse, ainda, que as imagens apresentadas serão enviadas em formato maior, uma base útil para que possam identificar possíveis problemas ou complementações. Pediu aos municípios o retorno das fichas da leitura unificada, que mostram os critérios que Rafael Costa apresentou no início desta reunião. Informou que os mapas com a versão inicial do macrozoneamento serão enviados no início da próxima semana. Disse que a discussão pode ter início agora e que se estenderá até as audiências públicas, com início previsto para o final deste mês. Reforçou que todo o material produzido até o momento pela equipe Fipe já está disponível para download na plataforma digital do PDUI-RMSJRP <https://pduirmsjrp.fipe.org.br/>.

Rovena Negreiros – Fipe perguntou se alguém gostaria de fazer algum comentário sobre essa proposta de macrozoneamento que foi apresentada por Marlon Longo. Não havendo nenhuma manifestação dos participantes, disse que os municípios e a sociedade civil presentes terão um tempo para assimilar esse conjunto de informações e, caso avaliem que seja necessário algum ajuste justificado, a equipe está aberta a receber pelo e-mail oficial da Fipe disponibilizado no chat da reunião. Colocou que, recebendo as informações de ajustes no panorama regional, manterão contato individual com cada prefeitura, e que o próximo encontro coletivo será nas audiências

públicas, momento em que serão apresentadas propostas sobre os temas exigidos pelo Estatuto da Metrópole para que sejam contemplados no PDUI. Não havendo considerações por parte dos representantes presentes, agradeceu a presença das prefeituras, da Unesp e da OAB de José Bonifácio e aos colegas de trabalho pela apresentação objetiva e competente.

Encaminhamentos:

Fipe:

- Enviar as imagens dos mapas apresentados aos municípios.

Prefeituras:

- Enviarem para a equipe Fipe a lista dos programas Cidade Legal que estejam em curso em cada município.
- Nathália, de Ubarana, enviar os perímetros dos loteamentos para a equipe Fipe.

SUB-REGIÃO SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Data: 07/10/2022 – 9h às 12h

Prefeituras:

Prefeitura de Bálamo: vice-prefeita Mônica Beatriz Cencil Garcia

Prefeitura de São José do Rio Preto – Secretaria de Planejamento: Milton Faria de Assis Junior

Prefeitura de São José do Rio Preto – Secretaria de Planejamento: Nelson Geromel

Prefeitura de São José do Rio Preto – Secretaria de Obras: Marcos José da Silva Bastos

Prefeitura de São José do Rio Preto – Secretaria de Obras: Benedita Iolanda Facchini

Prefeitura de São José do Rio Preto – Secretaria do Trabalho e Emprego: Paulo Perso

Prefeitura de São José do Rio Preto – Secretaria de Assistência Social: Rafaela Yepes Moro

Prefeitura de São José do Rio Preto – Secretaria de Assistência Social: Cláudia Franco

Prefeitura de São José do Rio Preto – Empresa Municipal de Urbanismo: Rodrigo Ildebrando Juliano

Prefeitura de São José do Rio Preto – Empresa Municipal de Urbanismo: Gibran Belasques Costa

Prefeitura de São José dos Campos – Desenvolvimento Econômico e Turismo: Jorge Souza

Prefeitura de São José dos Campos – Desenvolvimento Econômico e Turismo: Waldemar de Oliveira Verdi

Prefeitura de São José do Rio Preto – Conselho de Assistência Social: Silvania Cuenca

Prefeitura de São José do Rio Preto – Conselho de Assistência Social: Cristina Lechado

Prefeitura de São José do Rio Preto – Conselho de Defesa do Meio Ambiente: Gustavo Murad Mendes Prado

Prefeitura de São José do Rio Preto – Conselho sobre Álcool e outras Drogas: Rose Candéo

Prefeitura de São José do Rio Preto – Conselho dos Direitos do Idoso: Mari Angela Saravali

Prefeitura de Ipiguá – Departamento de Meio Ambiente: Marcelo Amado Gonzalez

Prefeitura de Ipiguá – Setor de Planejamento e Administração: Dr. João Licurgo Espinha

Prefeitura de Jaci – Setor Jurídico: Dr. Alexandre Miguel Garcia

Prefeitura de Jaci – Setor de Obras e Engenharia: Maria Eduarda Munhoz Paro

Prefeitura de Mirassol – Coordenadoria do Sistema de Controle Interno: Patrícia de Oliveira P. de Paula

Prefeitura de Mirassol – Diretoria de Planejamento Urbano: José Odilon Armani Paschoal

Prefeitura de Mirassol – Diretoria de Planejamento Urbano: Edileila Imbernom Bittar

Prefeitura de Olímpia – Secretaria de Planejamento e Finanças: Mary Brito Silveira

Prefeitura de Olímpia – Divisão de Planejamento Estratégico: Raquel C. Crepaldi Righeti

Prefeitura de Olímpia – Secretaria da Saúde: Maria Claudia Vieira Marcondes Lemos de Toledo

Prefeitura de Uchoa – Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Rural: Tiago Sanches Peres

Cetesb – Eng. Jordão Domingues Massiel Pagani

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Turvo e Grande – CBH-TG / Acirp: Germano Hernandes Filho

Sociedade civil:

Maurício Mourão

Conselho de Arquitetura e Urbanismo – Regional São José do Rio Preto: arq. urb. Maristela da Silva Janjullo

Associação Comercial de São José do Rio Preto (Acirp): Osvaldo Nascimento

OAB – 22ª Subseção São José do Rio Preto: Dr. Vinícius Nicolau

Fórum de Sustentabilidade da Região de São José do Rio Preto: Ceci Caprio

SDR:

Jesse James Latance

Fipe:

Rovena Negreiros

Marta Dora Grostein

Marlon Longo

Maria Lúcia Camargo

Marcos Campagnone

Rafael Costa

Geni A. Toffoli

Oziel Carneiro

Fabiana Coelho

Felipe Dias

Herlan Alcântara

Margareth Lemos

Roberta Fontan

Sarah Rolindo

Carolina Braga

Abertura:

Jesse James Latance – SDR iniciou a reunião agradecendo a participação dos prefeitos e dos representantes das prefeituras neste início do processo de desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de São José do Rio Preto. Disse que a Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) esteve em São José do Rio Preto para instituir o Conselho da Região Metropolitana de São José de Rio Preto. Informou que é o secretário executivo dos Conselhos de Desenvolvimento Metropolitanos, que nesta reunião representa o Secretário de Desenvolvimento Regional, Rubens Cury, e o Governador do Estado de São Paulo, Rodrigo Garcia. Ressaltou que na gestão do ex-governador João Dória e do atual Rodrigo Garcia foi empreendido um esforço para que os municípios pudessem ter recursos para infraestrutura urbana e ações pontuais, de acordo com as necessidades de cada município, e que, a partir da criação da região metropolitana, as ações foram direcionadas ao planejamento regional. Colocou que o objetivo dessas oficinas regionais é dar voz aos municípios para que tragam as necessidades, tanto de cada município quanto as questões da região como um todo. Agradeceu o trabalho empreendido pela Fipe, à Rovena Negreiros, coordenadora técnica do projeto, à Andrea Calabi, coordenador geral, e à equipe técnica. Disse que todo o levantamento de informações sobre a região será compartilhado com os presentes para que possam auxiliar na elaboração do PDUI. Passou a palavra a Rovena Negreiros para que desse início à reunião.

Rovena Negreiros – Fipe iniciou dizendo que essa reunião faz parte da primeira etapa do processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de São José do Rio Preto, e que o plano é uma construção conjunta entre o governo do estado, prefeituras e sociedade civil. Disse que o objetivo da reunião é apresentar o panorama regional e a leitura que fizeram da legislação urbanística dos municípios que as possuem, denominada leitura unificada, com vistas a produzir um diagnóstico e uma proposta de macrozoneamento para o ordenamento territorial dessa região. Disse, ainda, que esta região é composta por municípios muito pequenos, que sequer possuem plano diretor, e por este motivo são utilizados atributos definidos pelo IBGE. Colocou que, nesta etapa, a equipe Fipe apresenta aos municípios esta leitura, por meio do panorama regional, e busca informações junto aos representantes municipais para que este panorama seja o mais completo possível. Informou que, anteriormente a essas oficinas regionais, a equipe se reuniu com os representantes do governo do Estado sobre as temáticas tratadas no PDUI, como transporte, habitação, meio ambiente e desenvolvimento econômico, com vistas ao alinhamento com as políticas públicas setoriais, que vão contribuir para a execução nessa região, bem como as oficinas setoriais, chamados Grupos de Trabalho Temáticos (GTs), em que também se discutem os temas pertinentes ao PDUI. Disse que na próxima etapa, entre os dias 25 e 26 de outubro, ocorrerão as audiências públicas das sub-regiões de Nova Granada e Tanabi, José Bonifácio e São José do Rio Preto, em formato híbrido – presencial e virtual – o que permite maior acesso e evita deslocamentos de municípios distantes. No intervalo entre as oficinas regionais e as audiências públicas, a equipe Fipe vai disponibilizar um documento chamado de *Insumos para os debates nas audiências públicas*, no qual se apresentam algumas propostas de ação que farão parte do PDUI, e que o poder público e a sociedade civil poderão apresentar suas propostas, que posteriormente serão sistematizadas, podendo fazer parte do PDUI, de acordo com sua pertinência. Agradeceu a presença dos representantes das prefeituras e da sociedade civil, disse que está acompanhada da professora Marta Grostein, coordenadora adjunta do coordenador geral, Andrea Calabi, e Marcos Campagnone, que também faz parte da equipe de coordenação, Marlon Longo, coordenador da equipe técnica do projeto. Informou que todos os documentos produzidos até o momento, incluindo o Panorama Regional, estão disponíveis para download na plataforma digital do PDUI-RMSJRP <https://pduirmsjrp.fipe.org.br/>.

Apresentou o vídeo de saudação do coordenador geral do projeto, Andrea Calabi, para na sequência **Marlon Longo – Fipe** dar início às apresentações relativas ao panorama regional da região.

Marlon Longo – Fipe cumprimentou, agradeceu a presença de todos e informou que a apresentação será dividida em oito temáticas, agrupadas em quatro blocos, sendo as três primeiras com duração de 30 minutos cada, e as demais com duração de 15 minutos cada, e que serão abertas discussões a cada conjunto de apresentações, conforme quadro apresentado. Informou que o endereço da plataforma digital e do e-mail oficial para contato estão disponíveis no chat da reunião. Deu início à apresentação do tema **Estruturação regional e processo de urbanização**, para, na sequência, **Rafael Costa – Fipe** apresentar os temas **Leitura unificada dos zoneamentos e macrozoneamento** e **Demografia e vulnerabilidade**.

Finalizada a apresentação, **Marlon Longo** lembrou que, em conversas via e-mail com diversos municípios, foram feitas coletas de dados de zoneamento, planos diretores, dentre outros, que as informações foram sistematizadas e, posteriormente, procederam ao envio de um pequeno relatório [ficha] com a leitura unificada, que será apresentada nesta reunião. Disse que é de extrema

importância que recebam o retorno desse material enviado às prefeituras, com indicações dos problemas, ou validação da leitura, para que possam proceder aos ajustes até o final da elaboração do PDUI. Passou a palavra a **Rafael Costa – Fipe** para que fizesse a apresentação da **Leitura unificada dos zoneamentos e macrozoneamento e Demografia e vulnerabilidade**.

Concluída a apresentação, **Rafael Costa** colocou algumas questões pontuais aos municípios que não enviaram os mapas à equipe Fipe, talvez porque não estão concluídos ou elaborados seus planos diretores, e perguntou aos representantes se poderiam enviar esse material, ou se a equipe pode concluir o estudo com o que já tem. Mencionou que seria necessário obter as informações para inclusão na leitura unificada do município de Bálamo, que possui uma zona urbana de uso restrito e uma zona urbana de uso geral; Mirassol, a continuação da zona especial de preservação ambiental ficou cortada no mapa, sendo uma informação muito importante, devido à proporção que toma essa zona; a zona de restrição de uso em Mirassol, em que uma delas se dá junto à estrada transversal, que foi vetada do zoneamento, sendo importante saberem se houve substituição e qual a nova categoria. Disse que a equipe ainda não teve acesso à Lei de Uso e Ocupação do Solo de Mirassolândia, assim como não tiveram acesso ao macrozoneamento de Nova Aliança, mas que a equipe tem os perímetros urbanos, caso não seja possível ter acesso ao macrozoneamento; de Cedral, também não tiveram acesso ao mapa do zoneamento (anexo 1 do zoneamento) para espacializar; de Uchoa seria importante obter o mapa da Lei de Uso e Ocupação do Solo para efetuar a espacialização.

Sobre o município de Olímpia, perguntou se existe alguma expectativa de conexão ambiental na área especial de interesse ambiental ao sul, ou de visão turística com relação ao Rio Turvo, importante ativo ambiental em escala regional.

Outras questões colocadas dizem respeito à vulnerabilidade educacional, às distorções que ocorrem na região, que seria interessante saber qual a visão dos municípios sobre o tema; sobre o tema da saúde, pediu para os participantes apontarem se as informações apresentadas conferem com a realidade da região, e que apontem a existência ou não de outros equipamentos de saúde; quanto à questão habitacional, sob o ponto de vista regional, seria importante ouvir dos municípios se existem manifestações territoriais dessas vulnerabilidades apresentadas, que talvez não esteja clara para a equipe Fipe.

Rovena Negreiros – Fipe informou que foi disponibilizado no chat da reunião o link para o preenchimento de um formulário com nome e e-mail, para composição do *mailing list* e facilitar as comunicações futuras, como o envio dos convites para as audiências públicas e o envio de documentos. Abriu as discussões sobre as temáticas apresentadas e perguntou se os representantes das prefeituras e da sociedade civil teriam alguma consideração ou complementação a fazer.

Patrícia de Oliveira Paula – Prefeitura de Mirassol. Sobre a apresentação de Rafael Costa, perguntou quais são as informações que precisa sobre a área de preservação ambiental de Mirassol.

Rafael Costa – Fipe disse que existe um corte no canto inferior direito do mapa de zoneamento enviado à equipe Fipe e não entenderam se de fato a área especial de preservação acaba nesse ponto ou se continua para o sul. Nesse caso, seria necessário que Mirassol enviasse o perímetro para inserir no mapa, a fim de terem uma visão total da área em questão.

Patrícia de Oliveira Paula – Prefeitura de Mirassol disse que vai verificar e enviar à equipe Fipe.

Rafael Costa – Fipe perguntou se a área revogada, próxima da estrada transversal, era de restrição ao uso – ZRU – e que gostariam de saber qual zona deu lugar a ela.

Patrícia de Oliveira Paula – Prefeitura de Mirassol perguntou aos colegas Odilon e a Edileila presentes se sabem algo a respeito.

Edileila Imbernom Bittar – Prefeitura de Mirassol esclareceu que, em relação à área da Grota, a lei não é clara até onde ela é abrangente, inclusive já pediram um novo levantamento que está sendo feito para estabelecer o limite dessa área de preservação, pois, pelo seu entendimento, como não há um ponto final, seria o restante do município. Informou que estão com problemas em relação à questão, inclusive na aprovação de loteamentos. Em relação à revogação da lei da ZRO, ela voltou a se reportar à lei federal, sendo excluída a lei municipal. Disse que vai encaminhar os novos mapas, pois, pela apresentação, o perímetro urbano de Mirassol está desatualizado, e tem, inclusive, novos loteamentos aprovados e loteamentos com certidão de diretrizes.

Marlon Longo – Fipe, em relação ao anel de proteção ambiental que surgiu no último plano diretor de São José do Rio Preto, perguntou se algum representante do município tem conhecimento de quais estudos foram feitos, quais critérios foram utilizados para essa demarcação. Disse que a equipe acessou a definição na legislação, mas não conseguiram encontrar material que dê suporte a essa demarcação.

Marcos José Bastos – Prefeitura de São José do Rio Preto disse que vai passar o contato de Marlon Longo para o Alexandre ou Kátia, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, para tentar solucionar a questão. Disse que enviará à Fipe a atualização do zoneamento de São José do Rio Preto, assim como o nível de atividades, como por exemplo a atividade da construção, comercial, que estão separadas na lei.

Milton Faria de Assis – Prefeitura de São José de Rio Preto complementou dizendo que a Floresta Estadual do Noroeste Paulista em São José do Rio Preto e Mirassol é uma área de proteção ambiental em nível bastante elevado, e que, para a demarcação dessa área, o plano diretor estabelece que os responsáveis pela análise fazem parte do grupo da Unesp, uma espécie de guardiões dessa área. Disse que o Conselho do plano diretor pode fazer apreciação preliminar, mas que, nessa área em especial, foi dada essa atenção especial, pois é a única unidade situada dentro da área urbana, próxima ao Parque Tecnológico, que, inclusive, quando da aprovação do projeto de um loteamento próximo, foi feito na Cetesb um EIA-Rima específico, que determinou todo o futuro dessa região, não só da área que pertencia ao município, porque, sendo uma área do antigo Instituto Penal Agrícola, área do estado, que no passado tinha a intenção de vendê-la, e que, por este motivo, surgiu a preocupação do município em protegê-la.

Mary Brito – Prefeitura de Olímpia perguntou se foram solicitadas para Olímpia informações sobre zoneamento e macrozoneamento, ou se a equipe Fipe fez a coleta no site da prefeitura, pois, como está concentrando todas as informações, não recebeu nenhuma solicitação por parte da Fipe, e que talvez o pedido tenha ido para o Departamento de Obras.

Rafael Costa – Fipe disse que a equipe enviou e-mail para todas as 37 prefeituras, porque não conseguem o polígono em *shape*.

Mary Brito – Prefeitura de Olímpia perguntou à sua equipe de Obras se tinham alguma dúvida ou se discordavam do que foi apresentado nesta reunião, pois também não foram convocados e não sabiam qual o assunto da oficina.

Rovena Negreiros – Fipe disse a Mary Brito que a equipe fez um esforço de identificação dos interlocutores municipais no início de agosto para terem acesso a algumas informações das 37 prefeituras e que, logo após a reunião do Conselho de Desenvolvimento Regional, a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional enviou um ofício para os prefeitos solicitando indicações de interlocutores, e ela foi a indicada, podendo indicar os técnicos da prefeitura que julgue pertinentes aos temas constantes no produto Panorama Regional, que já está disponível na plataforma digital do PDUI. Disse que, por este motivo, foi disponibilizado no chat da reunião o formulário para que seja preenchido pelos representantes presentes com indicações de pessoas que julguem relevantes para participar do processo de elaboração do PDUI.

Mary Brito – Prefeitura de Olímpia disse que fará isso, levará esse material à sua equipe para análise, caso tenha alguma questão a ser complementada ou alterada e, posteriormente, dará um retorno à equipe Fipe.

Germano Hernandes Filho – Acirp, em relação ao cinturão verde do plano diretor, disse que se verificar na região sul, a bacia do Rio Preto, que tem grande contribuição para o abastecimento de água de Rio Preto, essa parte sul, é todo do Rio Preto, e por isso o verde mais claro no mapa apresentado é zona de certa restrição de construção, porque está localizada exatamente na bacia do Rio Preto. Além disso, 1/3 da água vem do Rio Preto e de toda a bacia do Rio Preto, e o outro 1/3 do Aquífero Bauru, que, portanto, precisa de infiltração de água. Disse que o restante mais ao norte representa uma camada de contenção dessa expansão, já que na região norte, que é onde deseja que o município ganhe população, essa região toda é um amortecimento, e considerando também que o município já estava buscando água no Rio Grande, se almeja que o crescimento se dê em direção a esse abastecimento de água do Rio Grande. Disse que a Acirp vem trabalhando em um estudo do Instituto de Economia da Universidade Federal de Minas Gerais, em que menciona o macropolo e o mesopolo, como foi citado o mesopolo de Rio Preto, que inclui toda a região metropolitana, mas expande até o sul de Goiás, toda a parte de Cassilândia, chegando até uma parte do sul de Minas, do triângulo mineiro. Disse que é um estudo interessante que estão utilizando para olhar o que esta região de Rio Preto traz nesse mesopolo.

Maria Eduarda Munhoz Paro – Prefeitura de Jaci informou que o município tem um estudo não formalizado ainda, voltado para a ampliação [o mapa] da região urbana. Perguntou como pode enviar o estudo para a equipe Fipe, assim que for aprovado pela Câmara Municipal.

Marlon Longo – Fipe disse que se o estudo está em elaboração, não pode entrar nessa leitura, mas que pode ser enviado à equipe Fipe, pois servirá de insumo para o desenho do macrozoneamento, que será apresentado ao final dos blocos temáticos. Disse que não tem problema que o estudo não esteja aprovado, pois vários municípios não têm perímetro urbano, e que ao final da apresentação será informada a proposta preliminar do macrozoneamento. Retomou a pergunta aos municípios presentes se têm conhecimento de áreas de expansão urbana, que ainda não sejam perímetro urbano, e que possam ser mapeadas para o PDUI. Disse, ainda, que o estudo que Maria Eduarda menciona é excelente para a equipe Fipe.

Maria Eduarda Munhoz Paro – Prefeitura de Jaci agradeceu a informação, disse que ainda estão fazendo os levantamentos, mas que pode enviar o estudo para a Fipe.

Eng. Jordão Domingues Massiel – Cetesb de São José de Rio Preto, sobre a questão do cinturão verde, perguntou se a equipe Fipe chegou a fazer um levantamento sobre as duas unida-

des de conservação. Disse que esse cinturão verde não tem exatamente a ver com as áreas de amortecimento das unidades de conservação, que essas UCs estão entre São José do Rio Preto e Mirassol. Existe a Estação Ecológica do Noroeste Paulista, gerida pela Unesp, e a Floresta do Noroeste Paulista, cujo gestor é a Fundação Florestal. São duas UCs com gestores diferentes, tem os conselhos consultivos e deliberativos. Reforçou que o cinturão verde em si não está nessas áreas, daí a motivação da apresentação e da criação dele pelo município de São José do Rio Preto, e orientou que seria interessante buscar um entendimento na legislação recente do município, e que algumas situações dessa legislação envolvem as questões de parcelamento do solo, no momento de passar o licenciamento ambiental dos loteamentos aqui na Cetesb [falha no áudio] e as áreas de conservação são outras, não tem plano de manejo aprovado, e que tem legislação para todo esse assunto e que vale pesquisar.

Rovena Negreiros – Fipe agradeceu e pediu a Jordão que enviasse à equipe Fipe o contato dos coordenadores dessas unidades de conservação para que pudessem receber um convite para os debates, inclusive, para que possam enviar propostas a serem incluídas no PDUI. Informou que estão sendo propostas a criação de mais duas unidades de conservação na região identificadas pela equipe Fipe como potenciais, e que ter pessoas com qualificação para o tema, que possam ajudar na formulação da proposta, aderir e enviar mais propostas, seria importante.

Não havendo mais colocações, passou a palavra a **Maria Lúcia Camargo – Fipe**, para que desse prosseguimento à apresentação sobre o tema **Dinâmica Econômica**, e na sequência a apresentação do tema **Mobilidade, transporte e logística** com **Herlan Alcântara – Fipe**.

Finalizada a apresentação sobre a **Dinâmica econômica**, **Maria Lúcia Camargo** perguntou como os municípios presentes veem os desafios da sub-região, quais as potencialidades, sobre a diversificação da atividade produtiva, a questão da mão de obra e como o PDUI pode contribuir.

Na sequência, **Herlan Alcântara – Fipe** apresentou o tema **Mobilidade, transporte e logística**.

Após a apresentação, **Herlan Alcântara** disse ser importante que os municípios fizessem suas colocações, a fim de checar se as informações apresentadas sobre existência do transporte coletivo municipal, intermunicipal e intramunicipal e sua frequência são reais, quais os gargalos existentes. Sobre a infraestrutura, perguntou se os municípios possuem alguma necessidade recorrente de pavimentação ou duplicação de estradas, ou gargalos rodoviários, mobilidade local, e o que consideram mais sensível para ser trabalhado ao longo do PDUI.

Jorge Luis de Souza – Prefeitura de São José do Rio Preto comentou que a Secretaria Estadual de Logística e Transporte (SLT) criou um grupo de trabalho para discutir o transporte ferroviário no Estado de São Paulo, que incluiria passageiros. Disse que esse grupo tem 36 municípios, desde Santa Fé do Sul até Araraquara, e que obviamente passa aqui por conta da malha norte. Disse que fizeram três audiências para tratar desse assunto e que seria importante que essas informações constassem nesse estudo de mobilidade apresentado, porque terão alguns impactos, como, por exemplo, transporte de passageiros entre Mirassol e Cedral, que seria um VLT, ou na região de Catanduva.

Herlan Alcântara – Fipe perguntou a Jorge se existe a possibilidade de acompanhar essas reuniões do GT da SLT, especificamente falando da ferrovia.

Jorge Luis de Souza – Prefeitura de São José do Rio Preto disse que a malha paulista, por exemplo, não deixa nenhum tipo de riqueza no Estado de São Paulo, simplesmente passa por ele, é um

corredor, que é algo que envolve o desenvolvimento econômico, como, por exemplo, ter um terminal ferroviário intermodal e utilizar áreas como a Ceagesp no Distrito de Engenheiro Schmitt, e outros projetos de desenvolvimento econômico de combustível que recebem em São José do Rio Preto, o transbordo de açúcar, que o estado está estudando várias questões e sugere que avancem nessas discussões. Informou que as reuniões são coordenadas pelo Fioravante da Dersa, que ele próprio faz parte do GT junto com prefeitos e secretários, e que podem incluir essa discussão no plano macro, inclusive a região metropolitana.

Herlan Alcântara – Fipe disse que a informação é muito importante, e se a equipe Fipe puder acompanhar seria interessante para o PDUI. Complementou dizendo que mencionam no panorama o desvio ferroviário que está para acontecer, assim como a utilização do leito que ficará desativado para o transporte de passageiros.

Jorge Luis de Souza – Prefeitura de São José do Rio Preto concordou, e disse que fará a inclusão de Herlan Alcântara nas reuniões do GT da SLT.

Rovena Negreiros – Fipe disse que, na ocasião da reunião entre a Fipe e SLT (GT Mobilidade e Transporte), em setembro passado, Aguirre (SLT) e Everton Grigoletto (DER – Regional SJRP) não mencionaram esse grupo, e Jorge traz a informação de que o coordenador desse GT mencionado por Jorge Luis é o Fioravante, que estava envolvido com o projeto do PAM-TL, que abrange a macrometrópole, e que agora estão estudando a malha paulista de forma mais ampla, porque o PAM-TL abrangia apenas as ferrovias da macrometrópole. Disse que o interlocutor da SLT com a Fipe é José de Aguirre, e que irá solicitar a ele uma reunião com o Fioravante para saber como a equipe Fipe pode acompanhar as reuniões e apresentar ou discutir uma proposta conjunta que seja incorporada ao PDUI, porque esse grupo de trabalho começou a fazer as discussões, e a Fipe deve entregar o PDUI no dia 20 de dezembro, e que, provavelmente, até lá não haverá propostas, mas é possível colocar alguma diretriz que já esteja no radar deste grupo de trabalho. Disse que uma das discussões importantes para a equipe é saber o que o governo federal fará com o leito que restar no território de São José do Rio Preto, por exemplo, que possa ser aproveitado para um transporte de alta e média capacidade de caráter metropolitano, e uma das diretrizes é que, ao ser tomada a decisão, observar a possibilidade de incorporação desse leito com regramentos de uso e ocupação do solo, mas que atenda a mobilidade regional, e que esse é o limite da nossa capacidade em um plano como o PDUI, porque as decisões estão no governo federal, esta é uma área concedida, tem um contrato, portanto, há que se ter muito cuidado, respeitar essas formalidades.

Jorge Luis de Souza – Prefeitura de São José do Rio Preto disse que a ideia foi de colocar isso como diretriz mesmo, inclusive que gostaria de dar um reforço para o DER, pois há uma notícia de que o governo do Estado contratou um projeto do anel rodoviário na Região Metropolitana de São José do Rio Preto, que também é uma diretriz importante.

Rovena Negreiros – Fipe disse que a equipe Fipe tomou conhecimento do assunto na reunião do GT com a SLT, e que a informação é que o projeto está em fase de estudo, não há uma proposta do contorno, mas que a Fipe não entra no detalhe do projeto, e a diretriz deve estar bem alinhada com este grupo de trabalho da SLT, e que a Fipe só reforça a possibilidade de viabilizar o contorno e a apropriação do leito que será desativado contra ferrovia de passagem.

Herlan Alcântara – Fipe perguntou a Jorge se o projeto engloba o contorno ferroviário e o anel ferroviário serão complementares.

Jorge Luis de Souza – Prefeitura de São José do Rio Preto disse que são duas situações, o contorno ferroviário com investimento da própria Rumo, devido à renovação da malha. Completou dizendo que o leito não será mais utilizado para carga, que é um trecho muito importante entre Mirassol e Cedral, passando pelo perímetro urbano de Rio Preto. Disse que o prefeito Edinho Araújo se manifestou favoravelmente a desenvolver esse projeto regional para o transporte intermunicipal de passageiros por trilho, entre Mirassol e Cedral, cuja distância é considerável, e que foi apresentado como proposta no GT da SLT. Disse que o GT foi criado para atender as demandas dos municípios que são cortados pela malha. Sugeriu colocar uma diretriz para uso do transporte sobre trilhos, pois essa malha estará disponível no trecho Mirassol-Cedral, além do contorno rodoviário mencionado por Rovena.

Mary Brito – Prefeitura de Olímpia sugeriu a Herlan Alcântara que fosse citada como diretriz a construção do aeroporto de Olímpia, projeto do prefeito Fernando Cunha, visto que já possuem o terreno, a outorga federal, estão iniciando o licenciamento ambiental, e que estão estudando a modelagem da licitação.

Herlan Alcântara – Fipe informou que a equipe Fipe recebeu uma contribuição formal sobre o aeroporto do prefeito de Olímpia. Perguntou se a licitação é para a área de construção do aeroporto.

Mary Brito – Prefeitura de Olímpia respondeu que a prefeitura tem parte da área e que estão licenciando junto à Cetesb.

Rovena Negreiros – Fipe colocou que o governo do Estado fez as concessões dos aeroportos estaduais, e que existe uma discussão sobre capacidade de atendimento dos aeroportos, como, por exemplo, o aeroporto de São José dos Campos, que não é só regional, é de âmbito nacional, não atingiu sua capacidade máxima de atendimento e ainda não está em total operação. Perguntou se o projeto de Olímpia é de um aeroporto regional, porque, no caso paulista, existem três aeroportos internacionais, dois deles em operação – Viracopos e Guarulhos, e um ainda não, caso de São José dos Campos, que é licenciado para voos internacionais, mas ainda não opera como tal. Perguntou a Mary Brito qual a possibilidade desse aeroporto de Olímpia ser concedido como nacional sem “tirar” capacidade do aeroporto de São José do Rio Preto, que ainda não atingiu a capacidade máxima, e ter aprovação junto à ANAC, e se Olímpia tem um estudo econômico da capacidade de atendimento e viabilidade financeira desse aeroporto.

Mary Brito – Prefeitura de Olímpia disse que a discussão ainda está no âmbito do prefeito, porque ele tem diversos estudos, inicialmente, se pensou em fazer junto, inclusive com as concessionárias do Estado, mas indica que não haverá avanços, que a possibilidade de ser um aeroporto municipal, voltado para o turismo, e nacional em voo tipo charter. Disse que inicialmente, ele só teria condições de atuar como charter voltado para o turismo. Disse que o prefeito tem conversado com diversas pessoas, inclusive com o prefeito Edinho e com os secretários de São Paulo, que a intenção é de avançar no assunto, uma vez que já tem a outorga, o licenciamento está caminhando, existe estudo de viabilidade e os custos de operação, mas é algo preliminar. Disse que Olímpia vai contratar novos estudos, e que só não iniciaram a contratação de modelagem, porque não está definido como será a implantação do aeroporto, que, para o prefeito, a implantação é certa, e que por este motivo pediu para que fosse, pelo menos, citada a questão do aeroporto como diretriz no PDUI.

Rovena Negreiros – Fipe perguntou se a ideia é licenciar como aeroporto municipal, para, na sequência, fazer a concessão.

Mary Brito – Prefeitura de Olímpia respondeu que sim, mas que não está definida a forma como vão construir, se em PPP ou em concessão pura, pois o prefeito tem feito várias reuniões para discutir qual a melhor forma de implantação, mas que o aeroporto será implantado no curto prazo, de 2 a 3 anos.

Vinícius Nicolau – OAB São José do Rio Preto, sobre a questão do transporte, disse que por residir em São José do Rio Preto e ter família em Barretos, faz uso desse trajeto há muitos anos, e que ainda não conseguiram fazer a duplicação da Iguaraçu-Barretos, e que o prefeito de Olímpia, Fernando Cunha, já solicitou essa duplicação, e que houve discussão no sentido de se colocar um pedágio em Barretos. Destacou que a população de Barretos deixa de vir para São José do Rio Preto, prefere ir a Ribeirão Preto pela segurança da rodovia. Informou que o asfaltamento da estrada de Rio Preto a Barretos está com mais de cinco anos, cheia de buracos, o que causa grande insegurança. Com relação ao aeroporto, disse que o aeroporto de Barretos ficou parado, que houve tentativas de reativá-lo, até para receber o grande fluxo de pessoas que procuram o Hospital do Câncer, que é uma referência, e que surpreende a construção de um aeroporto em Olímpia, sendo que poderiam reativar o de Barretos. Disse que a OAB de Rio Preto está à disposição para o que for necessário.

Herlan Alcântara – Fipe agradeceu a Vinícius e disse que, em conversa com o DER no GT de Transporte, foi mencionado que a questão da duplicação do trecho entre São José do Rio Preto e Barretos (da Assis Chateaubriand) estava em pauta, que de fato tem um fluxo significativo, e que será muito importante para a região, no que diz respeito ao aumento da capacidade de ligação com Olímpia e Barretos.

Mary Brito – Prefeitura de Olímpia complementou dizendo que, recentemente, o Estado fez várias concessões, e que espera que de fato aconteça a duplicação desse trecho. Disse que seria interessante verificar esse bloco de concessões, que trará muitos benefícios para a região.

Germano Hernandes – Acirp disse que a Região Metropolitana de São José do Rio Preto sofre influência de todas as outras cidades, desde Santa Fé do Sul, Jales, Fernandópolis, Votuporanga, Catanduva, que compõem todo o macroeconômico que envolve essa região. É claro que essa distribuição econômica, esse arranjo produtivo que envolve não só a Região Metropolitana de Rio Preto, mas todo o entorno que citou, envolve fortemente a questão da mobilidade. Disse que gostaria que fosse possível que esse plano de desenvolvimento focasse também na questão ambiental, que está se falando de rodovias, mas a ferrovia é extremamente importante, e que onde conseguirem colocar ferrovias, não só para o transporte de carga, mas para o transporte urbano e interurbano, em especial neste momento de mudanças climáticas, que não se perca o viés da questão econômica, que envolve a questão social. Citou como exemplo Rio Preto, que tem uma demanda fortíssima na questão da saúde, e a Acirp sugeriu envolver todos os setores, todos os segmentos da saúde de Rio Preto, para que se debata o desenvolvimento regionalmente, pois existe o hospital de base, mas a Santa Casa de Rio Preto e pessoas que chegam aqui sem necessidade, pois poderiam ser atendidas para tratamento primário em suas cidades de origem, e só recorram aos hospitais em casos que sejam realmente necessários, o que impactaria positivamente na questão da mobilidade. Retomou a questão ambiental, carbono e mudanças climáticas, e reforçou ser importante que o plano fique atento.

Rovena Negreiros – Fipe informou a Germano que existe um capítulo nesse projeto do PDUI sobre a questão ambiental, que terá a oportunidade de ver no próximo bloco toda a discussão de mu-

danças climáticas, de riscos ambientais. Retomando a questão do transporte, informou que, em reunião do GT de Transporte, Everton do DER disse que o contorno ferroviário já estava licenciado, e o investimento da Rumo para esse contorno será de 630 milhões e que já está encaminhado, e que ele ainda não conhecia o projeto de engenharia referente ao ponto de partida e o de chegada para fazer o contorno dessa linha operada pela Rumo. Completou dizendo que a discussão entre Fipe e SLT-DER foi em torno da adaptação da linha férrea para a mobilidade urbana, o que não significa, necessariamente, ser metrô, trem urbano ou VLT, que o importante é preservar o leito férreo para tratar de mobilidade urbana, e claro, mobilidade urbana envolve a questão da poluição se o sistema usar combustível fóssil, caso contrário, não é problema, e o custo-benefício vai apontar se será BRT, VLP ou trem urbano, porque a região como um todo, por não ter mais de 1 milhão de habitantes, precisa ter carregamento suficiente para que o projeto se viabilize sob o ponto de vista econômico e financeiro. Disse que o mais importante no PDUI é garantir a mobilidade da população, não só interna à região, mas nas ligações com o sul de Minas Gerais, Mato Grosso, e com o próprio estado para acessar o porto e os aeroportos internacionais, além da hidrovia que passa pela parte sul da região. Disse que essa discussão sobre mobilidade e logística é muito rica na região, e que o PDUI pode de fato tratar da melhoria da mobilidade, da circulação interna para viabilizar essas articulações externas relativas às dinâmicas econômicas que têm com o sul de Minas Gerais e Mato Grosso, e com a Macrometrópole Paulista. Reforçou que o papel do PDUI é definir quais são as ações necessárias para que os projetos aconteçam, e não definir os projetos.

Andrea Calabi – Fipe iniciou dizendo que é muito elogioso ao trabalho [do PDUI], que está muito bem feito e com muita atenção e cuidado, que, talvez, não só permita dar bases para a implementação de projetos, mas sugere projetos, não define projetos, os vê, e vê uma espécie de custo-benefício ou de retornos potenciais de diversas ações de governo, essa é a importância, ou seja, no momento em que se vê uma deterioração dos sistemas de planejamento, na verdade, o que se faz é dar bases de planejamento ou dimensões regionais de desenvolvimento. Disse que sempre falta alguma medida, que vê duas relevantes, evidentemente, por ter vivenciado um pouco. Uma delas é a de renúncias fiscais, incentivos fiscais, que são fortes determinantes, não apenas de localização, mas também das ODs (Origem e Destino) das determinações ou consequências para a logística. Disse que sempre tem medidas, desde o anexo da LDO, que mede as renúncias fiscais, chamadas despesas tributárias, mas a dimensão regional das renúncias fiscais é muito pouco conhecida, quer a nível estadual quer a nível federal, e se lembra de Extrema em Minas Gerais, que é um polo de desenvolvimento fantástico, pelos incentivos fiscais que Minas dá a uma cidade que fica a 150 km de uma bela rodovia, pista dupla de São Paulo, que tem incentivos fiscais malucos, que em algum momento alguém terá que repensar na distribuição regional de incentivos fiscais, mesmo os setoriais, entre cana, carne ou madeira, o que determina e o que que é determinado pela distribuição da atividade econômica e demandas de incentivos fiscais. Disse que esta é uma dimensão que ainda não se tem. A outra medida diz respeito à pose da terra, a concentração maior ou menor de posse da terra, que se tem dados, e, portanto, onde tem enormes propriedades ou uma distribuição mais equilibrada de propriedades médias ou menores, tem uma determinação, quer do ponto de vista econômico em considerações, de economias de escala, de economias de aglomeração, quer de componentes de custo, que podem promover mais ou menos uma maior agregação, uma maior consolidação, mesmo de propriedade, como estradas, logística. Mas a distribuição do tamanho da terra, qual é a proporção das quatro maiores propriedades em cada município, sob o ponto de vista de área, algo desse tipo. Existem dados, é possível fazer, e que o

tipo de intervenção que o estado precisa fazer, lhe parece... evidentemente deve ser diferente, um município com as quatro maiores propriedades representando 80% da área do município, ou do município com as quatro maiores propriedades representando 10%, como se dosa, mede ou interfere nessa participação da geração de recursos, da geração do ICM, dentre outros. Disse acreditar que podem avançar nessas duas medidas, na questão da renúncia fiscal dos incentivos fiscais, nos seus impactos regionais, eventualmente determinantes dos incentivos, e por outro lado, a distribuição do tamanho de propriedade como um grau de concentração, um elemento que pode informar os trabalhos que os representantes também estão fazendo. Se dirigindo à Mary Brito, disse que Olímpia é um caso à parte, porque sabe que tem um dinamismo próprio, diferenciado.

Germano Hernandes – Acirp colocou que se puderem comparar duas regiões, como a de Ribeirão Preto com a de São José do Rio Preto, verão que a de Rio Preto, o número de proprietários é muito maior, as propriedades são muito menores. Já em Ribeirão Preto, as propriedades são muito maiores, logo, outro dinamismo, como mencionado por Calabi.

Andrea Calabi – Fipe disse que de alguma forma a organização da produção tem consequências [falha no áudio].

Milton Faria de Assis – Prefeitura de São José do Rio Preto disse ser relevante a questão do tamanho das propriedades, porque, em uma colocação anterior, foi mencionada a dispersão urbana de Rio Preto, dos vazios, e que anos atrás fez um trabalho em que fez essa comparação e agora o Germano colocou a questão de Ribeirão Preto, Barretos, Araçatuba, que tem no seu entorno grandes propriedades. Disse que procurou o mapa para demonstrar esses minifúndios em Rio Preto, que ajuda a explicar essa dispersão urbana, porque cada proprietário de pequenas propriedades é procurado pelas pessoas que querem colocar a área no perímetro urbano para fazer um empreendimento. Colocou que, como explicação para a questão da dispersão de Rio Preto, disse ter certeza de que essa estrutura contribui de alguma forma.

Rovena Negreiros – Fipe disse que essa é uma questão que terá que ser muito bem definida nas diretrizes do macrozoneamento que está sendo proposto, e que será apresentado ao final da oficina, para as revisões dos planos diretores, como tratar essa questão e tornar essas terras incorporáveis ou não, porque, no caso de São José do Rio Preto, a equipe Fipe fez estudos sobre o valor da terra rural, que é alto, e tem sempre a perspectiva de ficar retida, aguardando valorização da propriedade para uma outra oportunidade/momento para parcelar. Colocou que a Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento informou que em muitas dessas áreas os proprietários não são os produtores, que em sua grande maioria são arrendamentos, logo, para o proprietário, está tranquilo, pois ele auferir renda da terra pelo arrendamento, que não está preocupado com a produtividade da terra naquele momento, porque ela está arrendada e quando a terra perder a produtividade, ele poderá incorporar isso urbanisticamente. Reforçou que essa discussão precisa estar muito afinada com o ordenamento territorial, pois estará prevista nas diretrizes dos macrozoneamentos, inclusive para a revisão das legislações urbanísticas de cada município.

Andrea Calabi – Fipe observou que, no fundo, o município que tem um pequeno número de grandes propriedades, boa parte da economia de escala, redução de custo unitário, aumento de margem por produto, é interna à grande propriedade, e quando ela tem uma dispersão maior, essas economias de escala não são internas, são externalidades da pequena propriedade e o tipo de ação do poder público, na verdade, quando há uma distribuição mais equilibrada ou um maior

número de pequenas propriedades, permite a construção de competitividade, que se dá por ação do poder público mais do que outras iniciativas. Na ausência dela, se tem um arrendamento, tem alguém que consegue a economia de escala, ou a redução de custo, ou melhoria de produtividade, seja o que for, com aglutinação de várias terras, de vários proprietários, que individualmente não conseguem ter um retorno, mas alguém consegue pelo arrendamento dar um retorno maior. Disse que é somente uma observação relativa ao papel dessas infraestruturas, controle ambiental, no caso de grandes propriedades em que a questão é mais interna, e no caso de uma melhor distribuição, uma menor concentração, que depende mais da ação do poder público para a construção de competitividade das empresas pequenas, ou propriedades menores da região.

Não havendo mais considerações, **Marlon Longo – Fipe** passou a palavra a **Felipe Dias – Fipe** para apresentar o tema **Dinâmica ambiental**, e, na sequência, **Fabiana Coelho – Fipe**, com o tema **Infraestrutura e saneamento**.

Finalizada a apresentação sobre a **Dinâmica ambiental**, **Felipe Dias** colocou as seguintes questões:

- Se as áreas apresentadas no mapeamento de unidades de conservação são reconhecidas pelos representantes municipais.
- Se existem áreas que estão em processo de transformação em unidade de conservação ou em estudo, ou que não foi mapeada, bem como a questão dos riscos, se algum município tem alguma questão específica sobre o tema que vem sofrendo, tanto de inundação ou escorregamento.

Marlon Longo – Fipe agradeceu a Felipe pela apresentação, e passou a palavra a **Fabiana Coelho – Fipe** para que apresentasse o tema **Infraestrutura e saneamento**.

Após a apresentação, **Fabiana Coelho – Fipe** pediu aos representantes dos municípios que falassem sobre os entraves que verificam no gerenciamento de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, resíduos sólidos, que acredita serem muitos, e que foram percebidos nas outras duas oficinas regionais, em especial, os resíduos da construção civil, questão que não está bem equacionada, com exceção de São José do Rio Preto, que aparece como um modelo muito interessante a ser seguido na gestão desses resíduos.

Pediu aos demais municípios que informassem como está a situação relativa aos resíduos sólidos e o que mais gostariam de expressar.

Pediu aos representantes de Ipiguá que enviassem os dados sobre resíduos sólidos, pois não houve resposta para as questões do SNIS 2020, e que estas informações são importantes para que a equipe Fipe faça as complementações necessárias.

Marlon Longo – Fipe agradeceu a **Fabiana** e **Felipe** e deu sequência à apresentação da **Proposta preliminar de macrozoneamento**.

Finalizada a apresentação, **Marlon Longo – Fipe** colocou que, se os municípios identificarem algum loteamento ou área que está em previsão de expansão próximo à mancha urbana principal, seria interessante que informassem à equipe Fipe, pois essa macrozona de diversificação urbana é passível de ser ajustada. Salientou que a Fipe vai devolver esse trabalho para os municípios, pelo menos o macrozoneamento organizado, georreferenciado em uma base pública, que será uma contribuição importante, independente da aprovação do PDUI. Disse, ainda, que as imagens apresentadas serão enviadas em formato maior, uma base útil para que possam identificar possíveis

problemas ou complementações. Informou que os mapas com a versão inicial do macrozoneamento serão enviados via e-mail oficial da Fipe no início da próxima semana. Disse que a discussão pode ter início agora e que se estenderá até as audiências públicas, com início previsto para o final deste mês. Reforçou que todo o material produzido até o momento pela equipe Fipe já está disponível para download na plataforma digital do PDUI-RMSJRP <https://pduirmsjrp.fipe.org.br/>.

Rovena Negreiros – Fipe deu início às considerações dos municípios sobre os temas Dinâmica ambiental, infraestrutura e saneamento e sobre a Proposta preliminar de macrozoneamento.

Germano Hernandez – Acirp observou que é muito importante consultar os relatórios anuais dos comitês de bacias estaduais e do comitê de bacias federal, que é o Comitê do Turvo Grande, que contratou a Esalq para um estudo, com coordenação do professor Ricardo Rodrigues. Disse que a Acirp está trabalhando nesse estudo, inclusive com aporte financeiro, a fim de recuperar matas e florestas, APPs e as reservas legais. Disse que esse estudo se baseia no Cadastro Ambiental Rural (CAR) para verificar o registro feito pelos proprietários rurais, relativos às recuperações de APPs e Reservas Legais. Na bacia do Turvo Grande, o problema é tanto da área de reserva legal quanto das APPs, que representam um universo de quase 90%, está delimitado em proprietários em torno de 10% a 12%, logo, não é difícil de resolver. Disse que o Sema de São José do Rio Preto já pegou recursos do comitê para fazer esse trabalho de recuperação de APPs, e a Apta também já está fazendo isso. Sobre a questão das mudanças climáticas, principalmente no que se refere à pecuária, a Acirp vem trabalhando com o sistema agroflorestal, conforme foi mencionado na apresentação sobre a questão das seringueiras, eucalipto junto com pastagem, que está sendo implementado, porque a Acirp entende que o tema é muito problemático. Destacou que a região do Turvo Grande é muito parecida com a região Alto Tietê, no que se refere à problemática da água. Disse que o índice de precipitação na região é baixo, e se não houvesse os aquíferos Bauru e o Guarani, as cidades simplesmente não existiriam. Enfatizou que é preciso preservar as águas subterrâneas, seja do Aquífero Guarani seja do Aquífero Bauru, portanto, é necessária a permeabilização para recompor as áreas do Aquífero Bauru. Disse ser necessário que se tenha estratégia na Região Metropolitana de São José do Rio Preto para fazer com que a água aumente sua capacidade de adução, dada a baixa precipitação. Da mesma forma, o Aquífero Guarani é importante e estratégico para a sobrevivência, não só da região metropolitana, como da região noroeste como um todo.

Rovena Negreiros – Fipe disse que, no caso da Aglomeração Urbana de Franca e da Região Metropolitana de Ribeirão Preto, uma das macrozonas colocadas foi a do Aquífero Guarani, porque nesses municípios o sistema municipal explora o sistema subterrâneo, e a classificação de uma das macrozonas foi de “atenção para a ocupação pelos municípios ao longo da área do Aquífero”. Disse a Germano, que no caso da Região Metropolitana de São José do Rio Preto, a grande questão que se revela é exatamente essa macrozona de segurança hídrica, para a qual serão traçadas diretrizes para que os planos diretores observem esses níveis de permeabilidade do solo e avaliar/controlar constantemente a quantidade de água, como fez a prefeitura de Ribeirão Preto, em que só licencia conforme a perspectiva de uso e de vazão. Disse que é uma questão importante e que a equipe Fipe está atenta

Germano Hernandez – Acirp colocou que há uma pequena diferença, de que o Aquífero Guarani na região de Ribeirão Preto ele aflora, [falha no áudio] onde havia um lixão, depois que se descobriu que aquela era uma região de recarga do Aquífero Guarani, já em Rio Preto não, ele está a mil metros de profundidade, aproximadamente.

Rovena Negreiros – Fipe disse que para a equipe foi uma surpresa saber que Olímpia é fruto de uma perfuração de busca de petróleo, que encontrou água termal, feita pela Petrobras. Que no caso da RM de SJRP para furar o Aquífero Guarani, é necessário recursos altos como feitos pela Petrobras. A oportunidade de alguém prospectando uma outra coisa que não água, porque o custo é muito alto, e essa prospecção gerou o polo aquático de Olímpia.

Mary Brito – Prefeitura de Olímpia disse que gostaria de entender a dinâmica daqui em diante, porque Marlon disse que, se o município tivesse alguma sugestão com relação à proposta de macrozoneamento, que fosse encaminhada para o e-mail oficial da Fipe, e perguntou se podem enviar qualquer informação por esse canal de comunicação.

Rovena Negreiros – Fipe respondeu que podem enviar as informações e documentos por e-mail, e que qualquer dúvida que a equipe Fipe tenha entrará em contato individualmente com os representantes municipais que aqui estão.

Patrícia de Oliveira Paula – Prefeitura de Mirassol, em relação aos mananciais, colocou que poderiam reforçar a mata ciliar nos rios, córregos, lagos e nascentes, que o Rio São José dos Dourados começa em Mirassol, pois a agricultura e o desmatamento em geral está assoreando todos esses rios, e que muitos desses mananciais estão em propriedades rurais, segundo reportagem de Araçatuba do dia anterior à reunião, e que seria necessário incluir a questão da preservação no PDUI, visto que assegura a água para a agricultura e para o consumo humano.

Rovena Negreiros – Fipe disse que Patrícia tem razão, que na apresentação de Fabiana Coelho é reforçada a ideia dos parques lineares, e que Felipe Dias colocou em sua apresentação a questão da recomposição das áreas de APPs, que tem a ver com mata ciliar e proteção de nascentes.

Marlon Longo – Fipe informou que as nascentes do Rio São José dos Dourados também estão incluídas nessa macrozona de segurança hídrica.

Perguntou se havia algum representante de Ipiguá que pudesse contribuir com a questão da ausência de dados de saneamento.

Germano Hernandes – Acirp disse que é muito importante olhar os planos de bacia e os relatórios de situação produzidos pelos comitês de bacia, porque muitos municípios, inclusive no Turvo Grande, não informam o sistema nacional.

Felipe Dias – Fipe complementou a informação de Germano Hernandes, que a equipe utilizou as informações dos comitês para saber do balanço hídrico, e existe essa complexidade na região, isso que existem cinco bacias, e que a equipe está acompanhando, porque são as fontes mais atuais e seguras de informação, e de maior quantidade de informações sobre os recursos hídricos.

Rovena Negreiros – Fipe perguntou se havia mais alguma consideração, que a reunião foi muito rica em contribuições para a equipe, que serão analisadas e incorporadas, e qualquer dúvida sobre o material que os municípios enviarem, a equipe fará o contato individual. Informou que antes das audiências públicas, mais precisamente no dia 20 próximo, será disponibilizado um documento para animar o debate, na plataforma digital do PDUI-RMSJRP <https://pduirmsjrp.fipe.org.br/>, e seria importante que os municípios possam ler antes, para que as audiências sejam bem produtivas. Pediu aos representantes presentes que indicassem representantes da sociedade civil, além

das que estão presentes, pois existe muita dificuldade em identificar, sendo importante a participação junto com o poder público. Não havendo mais considerações, agradeceu a participação e a colaboração de todos e deu como encerrada a reunião.

Encaminhamentos:

Fipe:

- Enviar as imagens dos mapas apresentados aos municípios.

Prefeituras:

Patrícia de Oliveira Paula – Prefeitura de Mirassol

- Enviar o perímetro urbano da área de preservação de Mirassol.

Edileila Imbernom Bittar – Prefeitura de Mirassol

- Enviar os mapas atualizados de Mirassol.

Marcos José Bastos – Prefeitura de São José do Rio Preto

- Encaminhar as atualizações do zoneamento e a lei com os níveis de atividade de SJRP.

Maria Eduarda Munhoz Paro – Prefeitura de Jaci

- Enviar o estudo de expansão da área urbana de Jaci.

Eng. Jordão Domingues Massiel – Cetesb de São José de Rio Preto

- Enviar os contatos dos coordenadores das UCs Estação Ecológica do Noroeste Paulista (Unesp) e Floresta do Noroeste Paulista (Fundação Florestal): Unesp e Fundação Florestal;

Jorge Luis de Souza – Prefeitura de São José do Rio Preto

- Incluir a equipe Fipe nas discussões do GT da SLT que trata do transporte ferroviário.

EQUIPE TÉCNICA

Prof. Dr. Andrea Sandro Calabi (economista). Coordenador do Estudo Fipe-SDR.

Profa. Dra. Marta Dora Grostein (arquiteta urbanista). Vice-coordenadora e pesquisadora com foco nas análises urbanísticas e socioterritoriais.

Rovena Maria Carvalho Negreiros (advogada e gestora pública). Coordenadora executiva do estudo e pesquisadora com foco em gestão metropolitana e desenvolvimento regional e urbano.

Marcos Campagnone (gestor público). Coordenador executivo do estudo com foco na articulação institucional.

Profa. Dra. Regina Maria Prosperi Meyer (arquiteta urbanista). Consultora em análises urbanísticas e físico-territoriais.

Prof. Dr. Francisco Vidal Luna (economista). Consultor em aspectos econômicos e de gestão pública.

Marlon Rubio Longo (arquiteto urbanista). Pesquisador sênior em análises urbanísticas físico-territoriais e socioeconômicas, coordenador da UR.

Roberta Fontan Pereira Galvão (arquiteta, ciência ambiental e geoprocessamento). Pesquisadora sênior em análises urbanísticas e físico-territoriais. Produção de mapas temáticos (georreferenciamento) e montagem do banco de dados do estudo.

Bruno Oliva (economista). Pesquisador sênior em análises socioeconômicas e montagem do banco de dados do estudo.

Oziel Carneiro (ciência da computação e engenheiro elétrico) estruturação do banco de dados.

Maria Lúcia Figueiredo Bueno de Camargo (economista). Pesquisadora sênior em análises socioeconômicas e administrativas.

Maurício Hoffman (economista). Apoio e realização de audiências públicas e representações governamentais.

Luciana Souza Damasceno Casa (relações públicas). Especialista em mobilização, cerimonial e gestão de eventos institucionais. Organização do processo participativo.

Ana Lucia Carvalho (advogada). Especialista em redação jurídico-normativa e de documentos regulatórios de gestão pública, minuta de projetos de lei.

Margareth Cunha Lemos (jornalista). Coordenadora. Especialista em produção de conteúdo e projetos editoriais voltados à comunicação social.

Célia Moreno (jornalista). Especialista em produção de conteúdo e projetos editoriais voltados à comunicação social.

Andre Cury (gestor em tecnologia). Especialista em programação, marketing digital e visual designer, responsável pela montagem e alimentação das plataformas digitais.

Rafael Giorgi Costa (arquiteto urbanista e geógrafo). Análises em planejamento urbano e regional, gestão ambiental e desenvolvimento urbano sustentável.

Herlan Alcântara (geógrafo). Especialista em geoprocessamento e análises em desenvolvimento urbano e regional.

Fabiana Coelho (bióloga). Especialista em gestão ambiental e desenvolvimento sustentável e análises em desenvolvimento urbano e regional.

Felipe Dutra Dias (engenheiro ambiental e urbano). Especialista em planejamento e gestão do território e análise em desenvolvimento urbano e regional.

Geni A. Toffoli (bibliotecária). Pesquisa, documentação e informação.

Guen Yokoyama (editor gráfico). Editoração dos relatórios e documentos de divulgação.

Rosângela Monteiro (secretária).

Carolina Abdalla Braga (bolsista de economia).

Sarah Rolindo (bolsista de arquitetura e urbanismo).